

# 2015

## Relatório e Contas



Transportes Intermodais do Porto

**TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.**

Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 9º

4350-158 Porto

Telef. 225071172 - Fax 225071110

Pessoa Coletiva n.º 506 240 266

Registado sob o n.º 506 240 266 na 2.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial do Porto

Capital Social 30.000 euros



# ÍNDICE

---

<b>Mensagem do Presidente do Conselho de Administração</b>	<b>4</b>
<b>Relatório de Gestão</b>	<b>6</b>
1. Números da Intermodalidade	7
2. Factos relevantes em 2015	8
2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	8
2.2. Alterações da Rede Intermodal	10
2.3. Alterações Tarifárias	10
2.4. Alteração na Rede de Vendas	10
2.5. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante	11
3. O sistema intermodal Andante	13
3.1. Caracterização da rede	13
3.2. Caracterização dos títulos comercializados	14
4. Atividade Comercial 2015	17
4.1. Validações	17
4.2. Quantidades Vendidas	20
4.3. Receita Intermodal	21
4.4. Comunicação com o cliente	23
5. Auditorias à Atividade do TIP	26
5.1. Inspeção Geral de Finanças	26
5.2. Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto	26
6. O TIP e os seus Colaboradores	28
6.1. Estrutura Organizacional	28
6.2. Recursos Humanos	28
7. O TIP e as suas Agrupadas	30
7.1. Estrutura Societária	30
7.2. Composição dos Órgãos Sociais	30
7.3. Modelo de Governo do TIP	35
8. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios Económico, Social e Ambiental	42
9. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado	46
10. Desempenho Económico e Financeiro	51
10.1. Proposta de Aplicação dos Resultados	56
<b>Perspetivas para 2016</b>	<b>57</b>
<b>Contas do Exercício de 2015</b>	<b>61</b>
<b>Anexos</b>	<b>89</b>
<b>Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria</b>	<b>104</b>

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 representou um período de consolidação dos objetivos estabelecidos em anos anteriores, apresentando o TIP o melhor desempenho económico-financeiro desde a sua constituição, com resultados líquidos de 2,8 milhões de euros, reforçando a recuperação económica iniciada há alguns anos, com especial relevo no último triénio, visando a contenção de custos e a melhoria do desempenho operacional.

Certamente influenciada por fatores externos, entre os quais se contam a persistência dos efeitos da crise económica, registou-se uma ligeira redução na procura de transporte público neste período. Trata-se de uma situação indesejável que esperamos vir a alterar-se nos tempos mais próximos, resultado de um ambiente económico mais favorável e de um melhor desempenho da rede de transporte público. Para esse objetivo está este agrupamento complementar de empresas empenhado em colaborar com todos operadores e entidades envolvidas, no âmbito da sua regular atuação, visando uma contínua melhoria do serviço prestado.

Somos porém chegados a um momento de mudança na organização do sistema de transportes, resultado quer das alterações registadas no quadro jurídico quer das mudanças determinadas em matéria de política de transportes. Este novo enquadramento implicará ajustamentos relevantes na organização do setor e, conseqüentemente, no papel que será desempenhado pelo TIP nos tempos vindouros. Não sendo ainda possível definir com rigor as alterações que irão ocorrer, é, no entanto, relevante testemunhar que a nossa postura será sempre pautada pela vontade de colaboração institucional e pelo respeito dos normativos legais em vigor, procurando as soluções que mais contribuam para melhorar, quantitativa e qualitativamente, o sector de atividade onde nos integramos: a prestação de serviços de transporte público aos cidadãos da Área Metropolitana do Porto.

Importa por último registar o nosso sentido agradecimento a todos quantos vêm contribuindo, interna e externamente, para a consolidação da intermodalidade, entre os quais se contam as entidades externas de quem dependemos, os operadores a quem prestamos os nossos serviços, os fornecedores com quem trabalhamos, as Administrações que construíram a realidade presente e, sobretudo, os colaboradores

do TIP, que efetivamente concretizaram os projetos que realizamos. O caminho e os sucessos obtidos resultam desta conjugação de esforços e vontades que iremos, por certo, reforçar nos anos que se avizinham.

Jorge Moreno Delgado

Presidente do Conselho de Administração

## RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1. Números da Intermodalidade

Validações totais do sistema Intermodal	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
MP	56,15	57,09	57,91	1,43%
STCP	64,01	61,39	58,59	-4,55%
CP	3,80	4,06	4,21	3,76%
Operadores Rodoviários Privados	12,36	15,25	17,04	11,69%
(Unidade: milhões)	136,32	137,80	137,75	-0,03%

Estrutura de validações por operador	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
MP	41,2%	41,4%	42,0%	0,60 pp
STCP	47,0%	44,5%	42,5%	-2,01 pp
CP	2,8%	2,9%	3,1%	0,11 pp
Operadores Rodoviários Privados (8)	9,1%	11,1%	12,4%	1,30 pp

Utilização Títulos Transporte	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
Títulos Viagem	1,30	1,32	1,30	-1,52%
Assinaturas totais	61,55	61,63	60,76	-1,41%
(Média Mensal) Assinaturas normais	62,49	62,18	61,09	-1,75%

Valor médio por validação	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
Títulos de Viagem	1,00	1,00	1,02	2,00%
Títulos de Assinatura totais	0,48	0,48	0,49	2,08%
(Unidade: €) Títulos de Assinatura normal	0,57	0,58	0,59	1,72%

Quantidade de cartões vendidos	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
Andante Azul	1 528,2	1 636,2	1 825,9	11,60%
Andante Gold	76,4	77,2	77,7	0,69%
(Unidade: milhares)	1 604,6	1 713,3	1 903,6	11,11%

Quantidade de títulos carregados	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
Títulos de Viagem	26 584,1	26 254,8	26 449,1	0,74%
Títulos de Assinatura totais	1 637,1	1 659,8	1 683,8	1,44%
(Unidade: milhares) Títulos de Assinatura normal	666,5	652,2	654,7	0,38%

Peso Canal de Vendas	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
MVAs rede MP	37,57%	36,48%	36,33%	-0,15 pp
Payshop	40,23%	40,24%	39,95%	-0,29 pp
Lojas Andante	11,19%	11,92%	11,96%	0,04 pp
CP Porto	3,84%	3,62%	3,47%	-0,15 pp
STCP	1,55%	1,02%	0,48%	-0,54 pp
MVAs rede CP	2,54%	2,67%	2,70%	0,03 pp
SIBS	2,15%	3,11%	4,07%	0,96 pp
Privados	0,27%	0,27%	0,26%	-0,01 pp
Revendedores	0,65%	0,67%	0,77%	0,10 pp

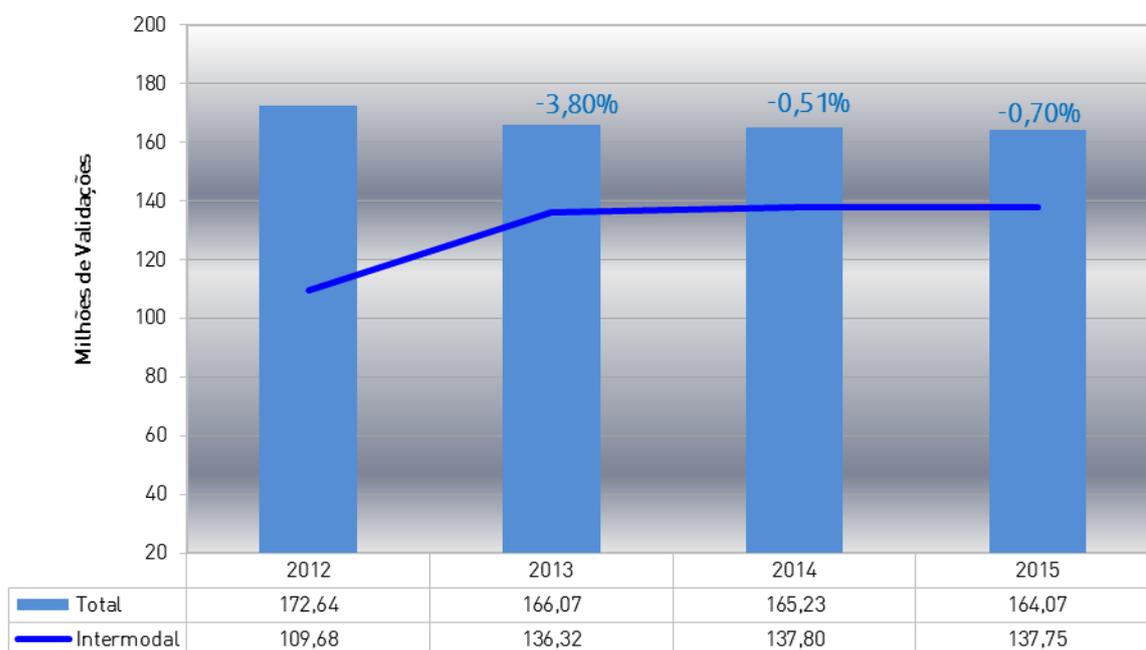
Resultados (em SNC)	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
Operacionais	399,4	706,2	2 912,0	312,4%
Financeiros	-161,2	-204,5	-76,0	62,8%
Líquidos	236,1	499,6	2 835,4	467,5%
(Unidade: milhares €) EBITDA	1 765,7	1 925,9	3 440,4	78,6%

## 2. Factos relevantes em 2015

### 2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto

O ano de 2015 confirma a tendência de decréscimo na utilização dos transportes públicos<sup>1</sup> da Área Metropolitana do Porto (AMP) verificada nos últimos anos, registando uma descida de 0,70% no número total de validações (164,07 milhões de validações em 2015).

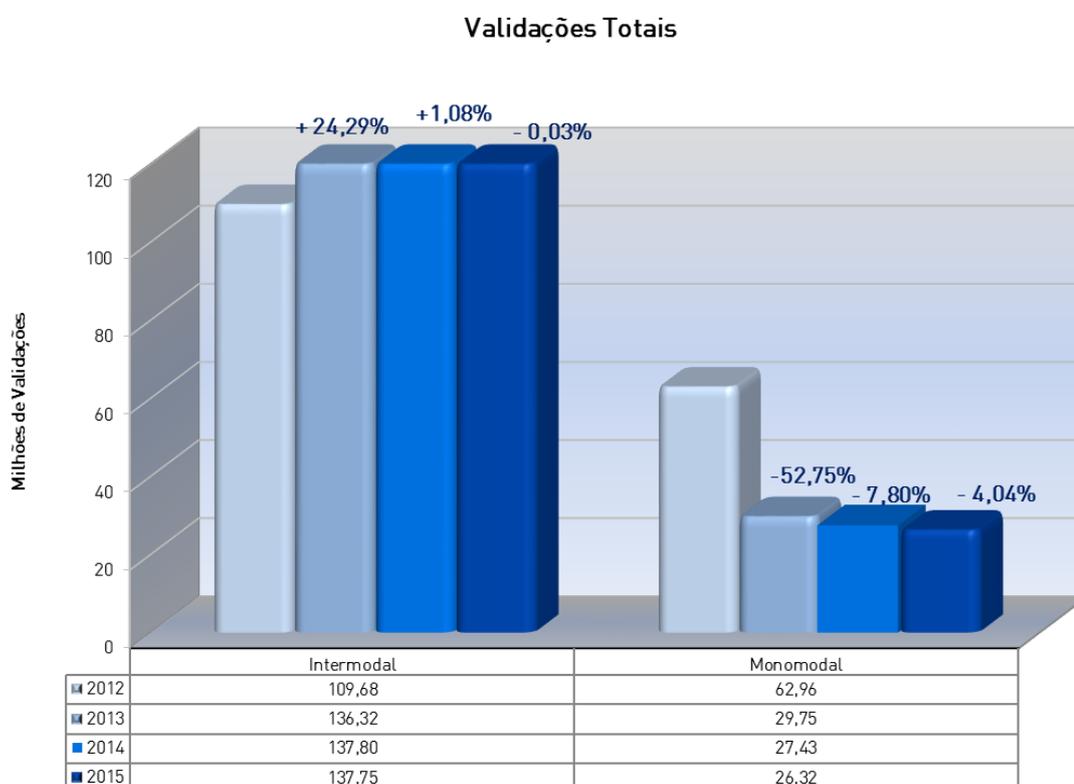
Contrariamente aos anos anteriores, as validações de títulos intermodais Andante acompanham a tendência generalizada de diminuição da utilização do transporte público registando uma ligeira contração de 0,03%. Em 2015, as validações de títulos intermodais Andante totalizaram 137,75 milhões.



NOTA: No ano de 2015 foi retificada a procura monomodal STCP 2014 (11.837.170 validações).

<sup>1</sup> Considera-se neste ponto como procura de transporte público o conjunto dos passageiros que utilizam o tarifário intermodal Andante e as tarifas monomodais STCP e CP.

O Andante representou em 2015 aproximadamente 84,0% da utilização de transporte público - uma subida de 0,56 p.p. face a 2014 - mantendo-se de forma clara e inequívoca a opção da maioria dos clientes da AMP pela intermodalidade.



O máximo absoluto mensal de validações intermodais ocorreu como habitualmente no mês de outubro, com aproximadamente 13 milhões de validações.

O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 10 de março de 2015, terça-feira, com, aproximadamente, 551 mil validações

## 2.2. Alterações da Rede Intermodal

A rede intermodal Andante não teve qualquer alteração ao longo de 2015, mantendo-se a oferta de 26 zonas.

## 2.3. Alterações Tarifárias

Em 2015, registou-se uma alteração no preço dos cartões Andante, a saber:

- Cartão Andante azul (em papel)
  - ✓ aumento de 10 cêntimos, passando o seu preço de venda ao público para 60 cêntimos.
- Cartão Andante gold (em PVC)
  - ✓ aumento de 1 euro passando o seu preço de venda ao público para 6 euros.
- Cartões Andante 4\_18 e Sub23 (em PVC)
  - ✓ aumento de 50 cêntimos passando o seu preço de venda ao público para 3 euros.

O tarifário intermodal Andante manteve-se inalterado quanto ao preço dos títulos de transporte.

## 2.4. Alteração na Rede de Vendas

Em março de 2015, as lojas Hospital de S. João e Maia, a funcionar até então sob gestão do TIP mas com recursos humanos STCP, são totalmente integradas na rede de lojas Andante.

A 1 de julho do mesmo ano, o Posto de Atendimento STCP localizado no Bom Sucesso passa também a integrar a rede de lojas Andante.

## 2.5. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante

Na sequência das melhorias efetuadas ao processo de repartição de receita no ano 2014, e conforme previsto, foi efetuada a certificação do programa de repartição da receita com base no critério passageiro/zona pela empresa Critical Software S.A., tendo ficado concluída a 17 de março de 2015, sem necessidade de qualquer correção ao programa.

A 27 de abril de 2015, o TIP e a Novabase Business Solutions assinaram o Protocolo de entrega dos códigos fonte relativos ao software do Sistema de Bilhética Intermodal (SBI) do Sistema Intermodal Andante (SIA), no âmbito dos contratos celebrados nos dias 4 de março de 2005 e 31 de março de 2006. No referido documento, as referidas empresas deram como cumpridas as obrigações contratuais de fornecimento e de entrega de uma cópia e respetivo código fonte, correspondente às versões atualmente instaladas do SBI, bem como a documentação que se encontra embutida no próprio código fonte. Na mesma data, o TIP emitiu os autos de receção definitivos, relativos ao objeto de fornecimento e cumprimento de demais obrigações contratuais por parte do fornecedor, libertando as garantias bancárias, conforme previsto nos contratos supra mencionados.

Ao longo do exercício de 2015, o SBI Andante manteve-se em permanente evolução destacando-se a maior abrangência de equipamentos de validação próprios dos operadores rodoviários privados que aceitam o tarifário e os cartões Andante.

No decorrer do ano, realizou-se o projeto de migração dos Terminais de Pagamento Automático (TPA) incluídos nas Máquinas de Venda Automática (MVA) para a nova tecnologia EMV, a fim de serem reconhecidos e efetuados os pagamentos nas MVA com o cartão multibanco com chip. O projeto, orçado em 590.350€ (valor sem IVA), iniciou-se em fevereiro com três instalações piloto tendo sido posteriormente replicado a todas as MVA. A conclusão do projeto ocorreu no início de outubro. O período alargado deste projeto decorre da quantidade de alterações introduzidas, nomeadamente a modificação física das frentes das MVA, dos cabos e tomadas dentro da própria máquina, de ligações adicionais à rede de dados, bem como da lógica do programa de vendas da MVA. Contribuiu também para este prazo a elevada dispersão geográfica dos locais em que estes equipamentos se encontram instalados.

A prática de atos de vandalismo sobre os equipamentos de bilhética continua a revelar-se um problema de dimensões preocupantes, em particular nas estações dos sistemas ferroviário e de metro ligeiro, tendo-se incrementado os esforços necessários no sentido da sua redução.

No âmbito do projeto “*Seamless Mobility*”, liderado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e que o TIP integra desde maio de 2014, destinado a conceber e testar um protótipo de pagamentos móveis em transportes públicos na AMP, destacam-se, em 2015, os trabalhos de análise de dados para identificação de perfis de utilizador, o desenvolvimento de uma aplicação para Smartphone (designada de App One Ride) e a utilização da solução de pagamento PAYG. Está em projeto a realização de um processo piloto que envolva a colocação de QR-Codes nas estações selecionando, dentro de cada operador envolvido no projeto, um grupo de cinco utilizadores.

### 3. O sistema intermodal Andante

#### 3.1. Caracterização da rede

Zonas Intermodais	26
Operadores Aderentes	11
Linhas de Operadores Rodoviários	128
Estações de Operadores Ferroviários	100
Pontos de Venda	859

- 26 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes
  - C1 a C11, C16, N2, N3, N10, N11, N14, N15, N16, N17, S1, S2, S3, S7, S8, S9
- 11 operadores aderentes ao sistema intermodal
  - CP + MP + STCP + Resende + Valpi + ETG + Espírito Santo + Maia Transportes + MGC + Nogueira da Costa + Pacense
- 128 linhas de operadores rodoviários integradas
  - 72 STCP + 5 Resende + 8 Valpi + 21 ETG + 17 Espírito Santo + 1 Maia Transportes + 2 MGC + 1 Nogueira da Costa + 1 Pacense
- 100 estações de operadores ferroviários integradas
  - (81 MP + 19 CP)
- 859 pontos de venda de títulos intermodais
  - 10 Lojas Andante
    - Trindade, Campanhã, Casa da Música, Maia, Brito Capelo, General Torres, Senhora da Hora, Póvoa de Varzim, Hosp. S. João, Bom Sucesso
  - 238 Máquinas de Venda Automática
    - 198 MP + 40 CP (na área monomodal CP estão instaladas 40 máquinas de venda automática com possibilidade de venda intermodal pelo que a capacidade de venda instalada ascende a 80 MVA)
  - 12 Postos de Atendimento de Operadores Aderentes

- 6 Postos CP: S. Bento, Campanhã, Ermesinde, Devesas, Espinho, Trofa
  - 6 Postos Operadores Privados: Valpi, Resende, Maia Transportes, ETG, Espírito Santo (2)
- 596 Agentes Payshop
- 3 Revendedores: Loja da Mobilidade (CMP), Aeroporto (Turismo do Porto e Norte de Portugal), Revendedor Papelaria Vilar
- Rede Multibanco em todo o país.
- 1.878 Validadores instalados na área intermodal Andante (na área monomodal CP estão instalados 94 validadores pelo que a quantidade total de validadores em operação ascende a 1.972).

## 3.2. Caracterização dos títulos comercializados

### 3.2.1. Títulos Ocasionais

Válidos para o conjunto de anéis de zonas contados à volta da zona onde o cliente iniciou a viagem (o local onde fez a 1.ª validação) e até ao limite do número de zonas adquirido (Z2 se forem 2 anéis, Z3 se forem 3 anéis, ...).

- **Título de Viagem**

Permite viajar durante um determinado período de tempo consoante o número de anéis de zonas adquirido. Com exceção da validação inicial, nenhuma das validações adicionais efetuadas pelo cliente dentro desse período de tempo origina o desconto de uma viagem. O importante é, portanto, a hora e o local da 1ª validação.

O tempo permitido aumenta à medida que cresce o número de zonas adquiridas, como se explicita no quadro seguinte.

Títulos de Viagem	Validade Temporal
Z2	1h00m
Z3	1h00m
Z4	1h15m
Z5	1h30m
Z6	1h45m
Z7	2h00m
Z8	2h15m
Z9	2h30m
Z10	2h45m
Z11	3h00m
Z12	3h15m

- **Andante 24**

Permite viajar um número ilimitado de vezes no número de anéis de zonas adquirido durante 24 horas consecutivas após a 1ª validação.

- **Andante Tour**

Título de transporte vocacionado para o segmento de turistas.

Confere acesso a toda a rede intermodal Andante permitindo um número ilimitado de viagens durante as 24 horas (Andante Tour 1) ou as 72 horas (Andante Tour 3) consecutivas após a primeira validação.

O cartão Andante Tour não é recarregável.

### 3.2.2. Títulos de Assinatura Mensal

Válidos num conjunto específico de zonas selecionadas pelo Cliente, permitindo-lhe viajar um número ilimitado de vezes durante um mês de calendário.

- **Normal**

Título não subsidiado destinado ao público em geral.

- **Social**

- i. **25% desconto**

- **Social+**

- ✓ Reformados e Pensionistas.
      - ✓ Beneficiários do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego.
      - ✓ Famílias.

- **Júnior / Estudante**

- ✓ Alunos até aos 25 anos de idade (inclusive) matriculados em cursos reconhecidos oficialmente de ensino primário, secundário, técnico-profissional, médio ou superior.

- **Sénior**

- ✓ Pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

- **Reformado-Pensionista**
  - ✓ Pessoas pertencentes a agregados familiares cujo rendimento global não ultrapassa o salário mínimo nacional.
- **4\_18 (B)**
  - ✓ Beneficiários do Escalão “B” de Ação Social Escolar.
- **4\_18 (F) / Sub23 (F)**
  - ✓ Destina-se a estudantes das assinaturas 4\_18 e Sub23 inseridos em famílias que cumpram o critério estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 3-A da portaria n.º272/2011, de 23 de Setembro, conforme alterada pela Portaria n.º 36/2012, de 8 de fevereiro (Passe Social +).

ii. **50% desconto**

- **Social+ (A)**
  - ✓ Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).
  - ✓ Beneficiários do Complemento Solidário de Idosos (CSI).

iii. **60% desconto**

- **4\_18 (A) / Sub23 (A)**
  - ✓ 4\_18 (A): Beneficiários do escalão “A” de Ação Social Escolar.
  - ✓ Sub23 (A): Beneficiários da Ação Social no Ensino Superior.

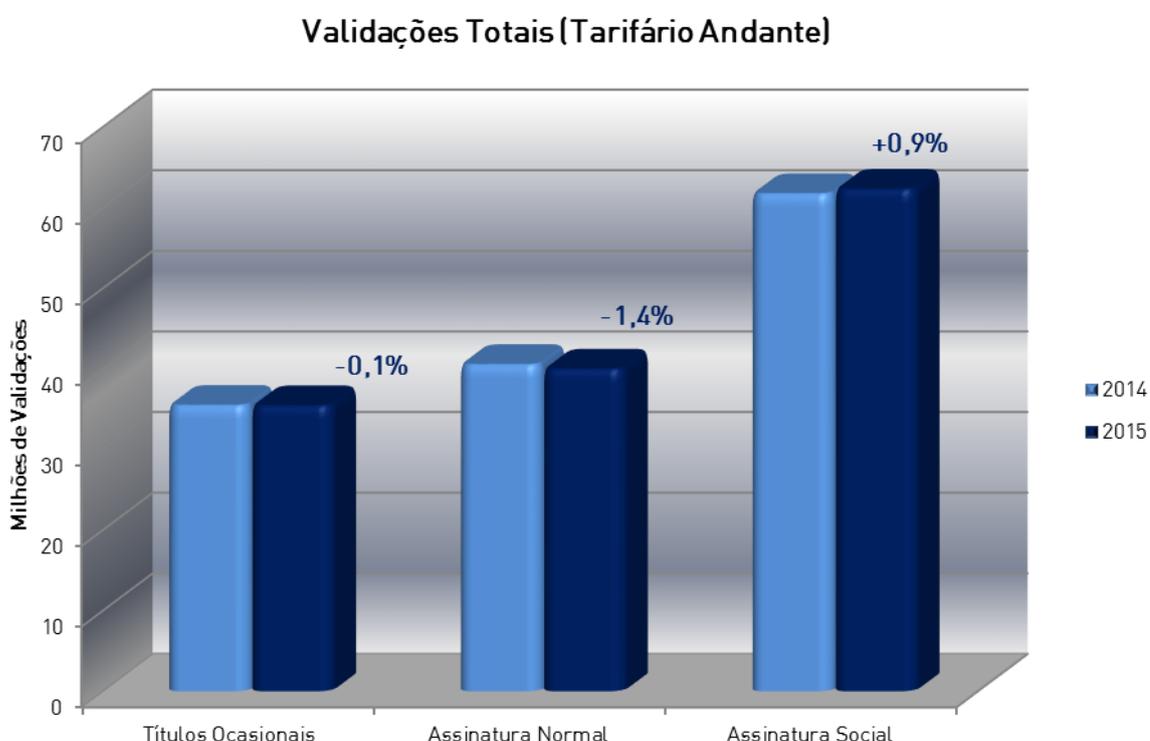
## 4. Atividade Comercial 2015

### 4.1. Validações

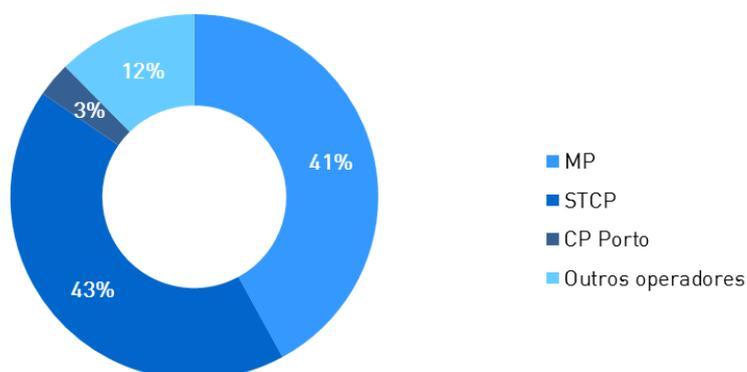
Conforme anteriormente referido, o exercício de 2015 reflete uma ligeira diminuição (0,03%) no volume de validações intermodais Andante relativamente ao ano anterior, registando um total de 137,75 milhões de validações.

A distribuição da procura por tipologia de título permite concluir que 74,3% das validações dos títulos intermodais respeitam a assinaturas (39,1% normais e 60,9% sociais), sendo 25,7% referentes a títulos ocasionais. Esta distribuição manteve-se inalterada face à registada em 2014.

As validações com assinaturas de Tarifário Social na sua globalidade (Júnior, Estudante, Reformado/Pensionista, Sénior, Social+, Social+ (A), Social+ (D), Social+ (R), 4\_18(A), 4\_18(B), 4\_18(F), Sub23 (A), Sub23 (F)) registam um crescimento de 0,9% face a 2014, mantendo a tendência de anos anteriores.



A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2015 foi a seguinte:



É de salientar o acréscimo nas validações dos operadores CP e MP com variações positivas de 3,8% e 1,4%, respetivamente, face ao exercício anterior.

O continuado crescimento das validações intermodais dos operadores privados integrados no SIA mantém-se em 2015, com uma subida de 11,7% face a 2014, refletindo o acréscimo generalizado da procura em linhas anteriormente integradas.

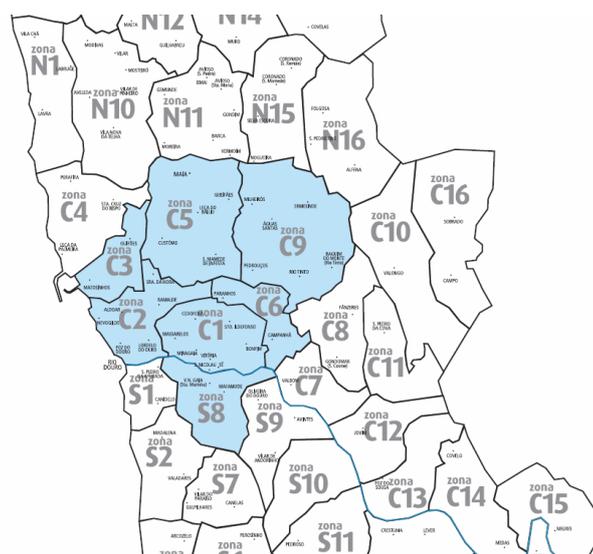
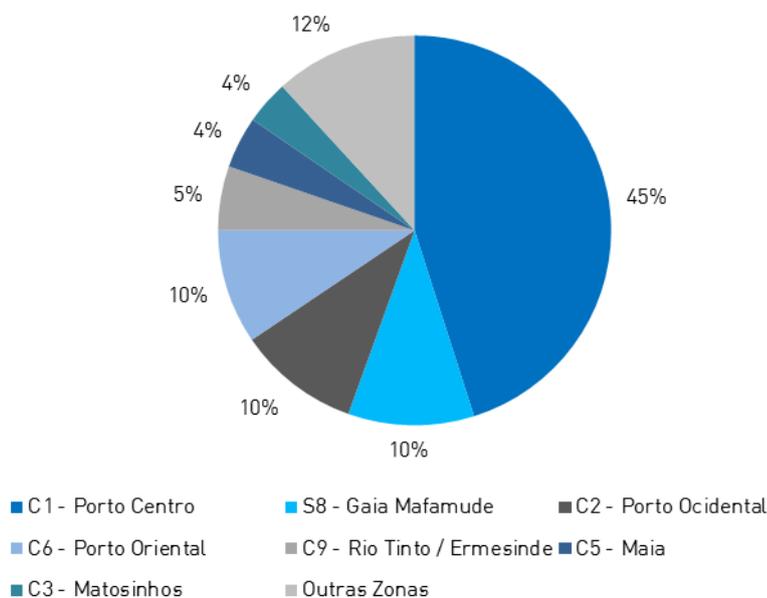
Validações Intermodais	2012	2013	2014	2015	Δ 14/15
MP*	54,85	56,15	57,09	57,91	1,4%
STCP	45,28	64,01	61,39	58,59	-4,6%
CP Porto	3,63	3,80	4,06	4,21	3,8%
Resende	1,50	1,89	2,77	3,80	37,1%
Espírito Santo	1,39	2,24	2,54	2,97	17,1%
Maia Transportes	0,04	0,04	0,04	0,03	-7,6%
Valpi	0,12	1,45	2,48	2,51	0,9%
OFR	1,00	1,18	1,20	1,26	4,7%
Nogueira da Costa	0,01	0,02	0,02	0,03	15,4%
ETG	1,82	5,43	6,07	6,30	3,8%
Pacense	0,04	0,12	0,12	0,14	9,7%
	<b>109,68</b>	<b>136,32</b>	<b>137,80</b>	<b>137,75</b>	<b>-0,03%</b>

Unidade: milhões de validações

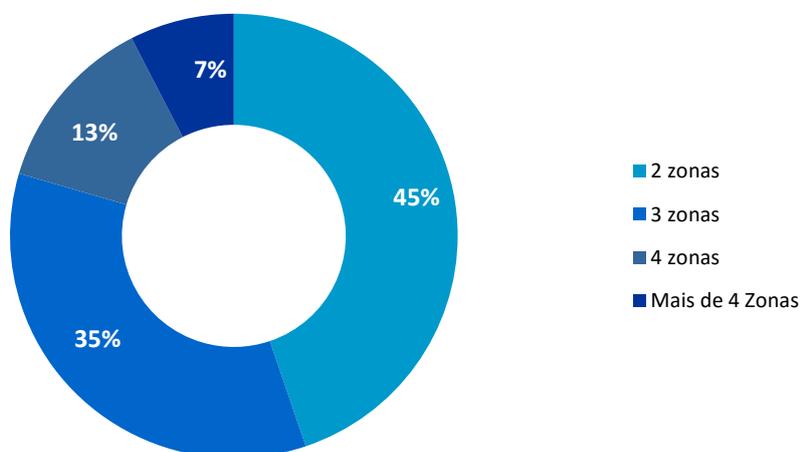
\* Inclui Funicular dos Guindais e Alternativos

No que se refere à procura por zonas, constata-se ser a zona C1 (Porto Centro) a que regista maior utilização, com 45,10% das validações totais, seguindo-se as zonas S8 (Gaia Mafamude), com 10,38%, e C2 (Porto Ocidental), com 10,04%.

No seu conjunto, as 7 zonas mais centrais C1, C2, C3, C5, C6, C9 e S8, continuam a concentrar aproximadamente 90% do total de validações do SIA.



As deslocações de curta distância (clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas) constituem a maioria das deslocações intermodais, representando 79,5% das validações efetuadas em 2015, percentagem semelhante à apurada em 2014 (80,2%).



## 4.2. Quantidades Vendidas

Em 2015, foram vendidos cerca de 1,9 milhões de cartões com utilização intermodal, entendendo-se por tal, cartões Andante (em PVC e em papel) e cartões STCP onde é possível também carregar títulos Andante.

Os títulos de assinatura normal têm vindo a diminuir o seu peso no total de assinaturas vendidas, registando em 2015 uma quota de 38,82%, contrastando com percentagens de 48,6% em 2011, 43,5% em 2012, 40,7% em 2013 e 39,2% em 2014.

Já os títulos de obrigação tarifária apresentam um comportamento diverso tendo o seu peso no total de assinaturas vindo a evoluir entre 51% em 2011 e 61% em 2015.

É de salientar o continuado acréscimo no carregamento de assinaturas com maior desconto, nomeadamente 4\_18 (A) (desconto de 50%), Social+ (A) (desconto de 50%) e Sub23 (A) (desconto de 60%), com variações positivas de 5,67%, 11,53% e 14,33% respetivamente.

Ainda no conjunto dos títulos de obrigação tarifária, os integrados no Tarifário Social Andante (TSA), tarifários regulados por acordo com o Ministério da Economia (Estudante, Júnior, Sénior e Reformado/Pensionista), venderam 560,6 mil assinaturas, traduzindo um decréscimo de 1,01% relativamente a 2014.

Títulos de Obrigação Tarifária

Quantidade Vendida		2011	2012	2013	2014	2015	Δ 14/15
<b>Tarifário Social Andante (TSA)</b>	Júnior	3 783	6 337	10 255	9 898	9 838	-0,61%
	Estudante	68 904	158 134	307 621	308 076	300 517	-2,45%
	Sénior	89 869	113 557	243 337	246 537	249 205	1,08%
	Ref. / Pens.	7 703	5 394	3 117	1 826	1 057	-42,11%
	Sub-Total	<b>170 259</b>	<b>283 422</b>	<b>564 330</b>	<b>566 337</b>	<b>560 617</b>	<b>-1,01%</b>
<b>4_18@escola.tp</b>	4_18	237 467	117 008				
	4_18 (A)		30 576	60 355	67 064	70 866	5,67%
	4_18 (B)		12 590	28 858	23 767	22 615	-4,85%
	4_18 (F)		1 982	3 624	1 142	414	-63,75%
	Sub-Total	<b>237 467</b>	<b>162 156</b>	<b>92 837</b>	<b>91 973</b>	<b>93 895</b>	<b>2,09%</b>
<b>Sub23@superior.tp</b>	Sub23	216 419	108 456				
	Sub23 (A)		19 477	63 742	77 621	88 742	14,33%
	Sub23 (F)		1 784	2 333	563	196	-65,19%
	Sub-Total	<b>216 419</b>	<b>129 717</b>	<b>66 075</b>	<b>78 184</b>	<b>88 938</b>	<b>13,75%</b>
<b>Social+</b>	Social+	39 032	149 675	200 767	223 371	235 544	5,45%
	Social+ (A)		10 462	30 503	38 842	43 320	11,53%
	Social+ (D)		1 422	4 968	5 172	5 217	0,87%
	Social+ (R)		3 593	10 115	3 764	1 604	-57,39%
	Sub-Total	<b>39 032</b>	<b>165 152</b>	<b>246 353</b>	<b>271 149</b>	<b>285 685</b>	<b>5,36%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>663 177</b>	<b>740 447</b>	<b>969 595</b>	<b>1 007 643</b>	<b>1 029 135</b>	<b>2,13%</b>	
<b>Peso total venda assinaturas</b>	<b>51,26%</b>	<b>56,34%</b>	<b>59,23%</b>	<b>60,71%</b>	<b>61,12%</b>		

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – registou um expressivo crescimento de 16,1% face a 2014, refletindo certamente o maior número de turistas que diariamente visitam a região do Grande Porto.

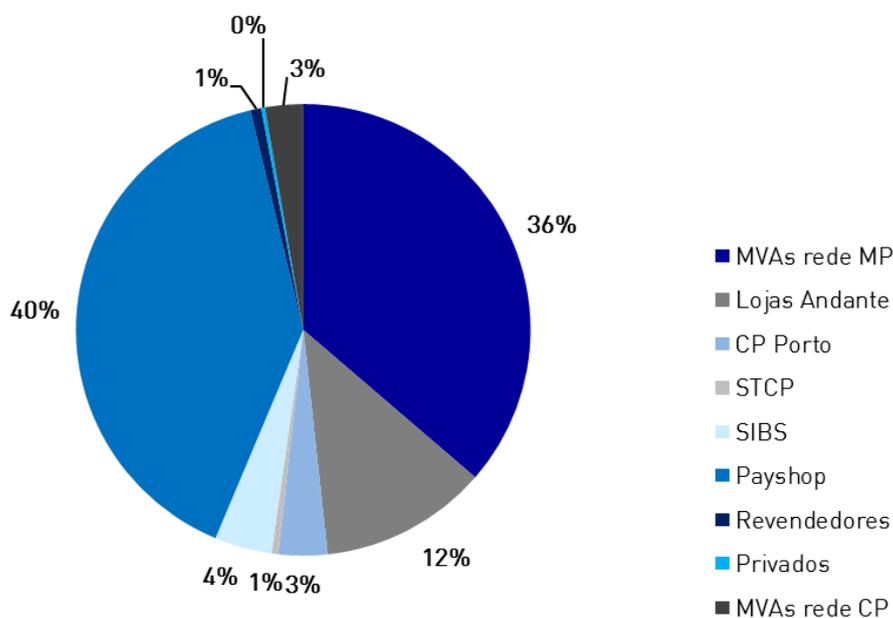
Em 2015 foram vendidos cerca de 44 mil títulos Andante Tour 1 e aproximadamente 39 mil títulos Andante Tour 3. A maior incidência de vendas ocorreu no mês de setembro.

### 4.3. Receita Intermodal

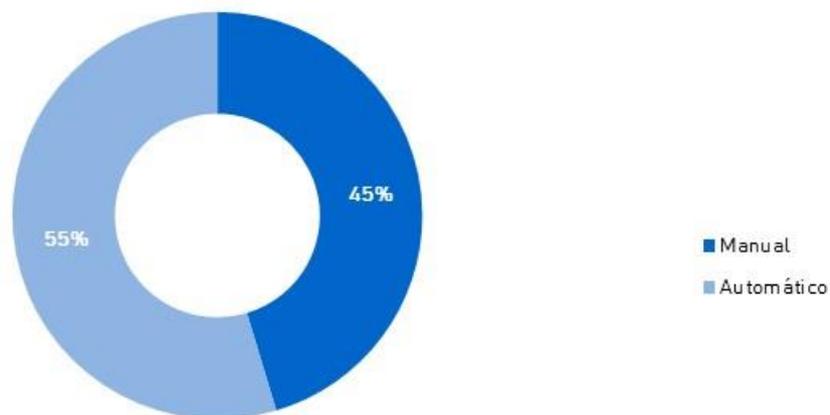
A receita Andante proveniente da venda de títulos e cartões intermodais ascendeu, em 2015, a 87,7 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 1,9% relativamente ao ano transato.

Parte significativa da receita resulta de vendas em MVA instaladas na rede MP (36,3%) e da venda através de agentes Payshop (39,9%).

Continua a merecer referência o expressivo crescimento do canal SIBS com uma subida de 33,6%, tendo angariado em 2015 uma receita de cerca de 3,6 milhões de euros.



Da análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante, efetuados durante o ano de 2015, resulta que a sua maioria é realizada nos canais de venda automática, ou sejam, nas Máquinas de Venda Automática e nas Caixas Multibanco, tal como se pode observar no gráfico seguinte.



Os carregamentos de assinaturas efetuados durante o ano de 2015 (1.684 mil), as respetivas validações (102,30 milhões) e a receita correspondente (49,77 milhões de euros), permitem constatar que os clientes de assinaturas pagaram, em média, 0,49 euros por cada validação (superior em 2,08% relativamente a 2014) e efetuaram, em média, 60,76 validações por mês, valor inferior em 1,41% face ao mesmo período do ano anterior.

As assinaturas normais representaram 655 mil carregamentos, 39,99 milhões de validações, às quais corresponde uma receita de 23,59 milhões de euros, apresentando uma receita média de 0,59 euros por cada validação (superior em 1,72% relativamente a 2014) e um número médio mensal de 61,09 validações, inferior em 1,75% face ao ano anterior.

Relativamente aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados (26,45 milhões), das respetivas validações (34,39 milhões) e da receita correspondente (35,00 milhões de euros), conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 1,02 euros por cada validação (mais 2,00% do que em 2014) e efetuaram, em média, 1,30 validações, representando uma diminuição de 1,52% face a 2014.

#### 4.4. Comunicação com o cliente

2015 assinala a entrada do Andante nas redes sociais, tornando a marca mais acessível ao público em geral e aos seus clientes em particular, inserindo-a no seu dia-a-dia, e permitindo trazer ao seu conhecimento de forma rápida e eficaz todas as novidades e acontecimentos da região relacionados com o transporte público.

O desenvolvimento de uma política de proximidade com os clientes ao longo do ano impeliu ao lançamento de diversas parcerias para a promoção da mobilidade, aproximando o transporte público da população. O Andante marcou assim presença em diversos eventos levando aos clientes as informações necessárias e disponibilizando a venda de títulos de transporte Andante com descontos especiais. São disso exemplo:

- Corrida do Dia do Pai - 13 e 14 de março, no Dolce Vita Porto
- NOS Primavera Sound - 4 a 6 de junho, no Queimódromo
- Maratona do Porto - 6 e 7 de novembro, no Centro de Congressos da Alfândega do Porto.

Como habitualmente, o Andante foi parceiro da Universidade do Porto, quer na divulgação da Mostra da Universidade Júnior, realizada de 12 a 15 de março no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, quer no apoio à identificação do melhor percurso ao menor custo para as deslocações no contexto das atividades dos vários cursos realizados em julho.

Foram realizados diversos passatempos e ações promocionais através do Facebook fomentando a utilização do transporte público pela retribuição de um desconto no preço do bilhete para o evento, de que são exemplo:

- Exposição Mitos & Monstros, no Palácio da Bolsa;
- Alice no País das Maravilhas, no Arrábida Shopping;
- A Bela e o Monstro, no Teatro Sá da Bandeira.

O parque de MVA localizado nas estações do MP e da CP foi dotado de informação em braille permitindo agora que Clientes cegos e amblópes adquiram mais facilmente os seus títulos de transporte.

A comunicação Andante manteve especial enfoque nos momentos de maior necessidade de informação, lançando campanhas massivas como a do “Regresso às Aulas 2015”, tendo para tal contado com a colaboração das agrupadas MP, STCP e CP na disponibilização dos mais variados meios.

Mantiveram-se em 2015 os acordos estabelecidos com diversas empresas concedendo descontos especiais na aquisição, pela respetiva empresa, de títulos de Assinatura anual para o seu efetivo e agregado familiar.

#### 4.4.1. Rede de Vendas

O exercício de 2015 foi marcado por uma alteração no prestador de serviços passando a empresa EGOR a assumir o atendimento nas Lojas Andante e no seu Call Center.

Ao longo do ano, a rede de vendas foi dotada de diversos mecanismos internos que vieram permitir um melhor e mais eficiente atendimento ao público. São exemplo:

- Disponibilização de intranet nas lojas Andante, permitindo o acesso a todos os documentos e regulamentos da empresa;
- Desenvolvimento de ferramenta técnica que permite um maior rigor na análise das reclamações dos valores retidos nas MVA tornando mais célere a resposta ao cliente;
- Possibilidade de pagamento em *front-office* de todas as reclamações devidamente confirmadas;
- Emissão de faturas simplificadas nas Lojas Andante, com disponibilização imediata ao cliente.

Verificou-se a alteração de algumas normas comerciais, nomeadamente deixando de ser possível o reembolso de cartões CTS, impedindo o carregamento de assinatura intermodal em cartão monomodal (e vice-versa), bem como a imposição de um limite temporal de 2 anos, contados a partir da data de emissão, para o pagamento de Notas de Crédito (atualmente designadas Vale Numerário) emitidas pelas MVA.

Nos meses de setembro e outubro, como habitualmente, decorreu nas lojas Andante o reforço no atendimento ao público ditado pela obrigatoriedade da renovação dos perfis Social+, Social Estudante, 4\_18 e Sub23.

#### 4.4.2. Call Center

Em 2015, a Linhandante rececionou aproximadamente 42 mil chamadas de clientes ou agentes de venda, número semelhante ao ano anterior.

A Linhandante registou mais de 6.000 cartões Andante Gold perdidos e respondeu ainda a cerca de 5.000 pedidos de informação e de emissão de faturas.

Foram ainda registadas 12.387 avarias e situações problemáticas em todo o sistema intermodal, nomeadamente de MVA, Postos de Venda Assistida (PVA) e validadores que foram devidamente encaminhados para os prestadores de serviço respetivos.

#### 4.4.3. Tratamento de Reclamações

O volume de reclamações recebidas em 2015 (6.286) registou um acréscimo de aproximadamente 23% face a 2014 (5.106).

Do total das reclamações registadas, cerca de 23,0% referem-se a questões relacionadas com as MVA.

Não obstante a expressão das percentagens acima referidas, importa salientar que, a taxa de reclamações relativa a valores retidos nas MVA face ao número total de transações efetuadas por estes equipamentos é muito reduzida, conforme se constata pelos valores dos rácios a seguir detalhados:

- Taxa de reclamações TIP =  $N^{\circ}$  reclamações /  $N^{\circ}$  transações intermodais = 0,029%
- Taxa de reclamações MVA\* =  $N^{\circ}$  reclamações MVA /  $N^{\circ}$  transações MVA = 0,043%

\*Considerando apenas as MVA sitas nas estações MP, cuja gestão cabe ao TIP.

Em todo o caso, o crescimento do número de reclamações relativas ao funcionamento do sistema de bilhética em geral e das MVA em particular é, em grande parte, reflexo do envelhecimento do parque de equipamentos, pelo que se intensificou as reparações e a renovação de algumas peças e componentes

## 5. Auditorias à Atividade do TIP

### 5.1. Inspeção Geral de Finanças

No âmbito do processo de auditoria da Inspeção Geral de Finanças (IGF) referente à certificação da compensação financeira relativa ao TSA do ano 2014, o TIP recebeu o Projeto de Relatório nº 2015/152/A3/1030 no qual constam as seguintes recomendações:

- ✓ Adote as medidas necessárias para colmatar as fragilidades que o sistema informático apresenta;
- ✓ Proceda à digitalização e respetivo arquivo, dos documentos comprovativos exigidos para efeitos de atribuição do TSA;
- ✓ Corrija, face ao regime jurídico aplicável, as situações que se apresentam em desconformidade com a Unidade de Tesouraria do Estado;
- ✓ Proceda à revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, contemplando as sugestões elencadas no ponto 2.3.6 do presente relatório, assim como as recomendações efetuadas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção em 2015.

No dia 3 de março de 2016, este ACE exerceu o direito de contraditório, aguardando o envio do relatório final por parte daquela entidade.

### 5.2. Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

Pelo ofício n.º 0040/DPRF/2015, de 28 de janeiro, a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP) comunicou ao TIP a realização de uma “*auditoria no âmbito de anomalias detetadas no Passe Social +*” (auditoria n.º 1/2015).

Nos termos do ofício n.º 0080/DPRF/2015, de 06 de fevereiro, a auditoria teve o seu início no dia 10 de fevereiro e terminou no dia 20 do mesmo mês, reportando-se a novembro de 2014.

Foram auditados 218 processos, tendo sido registadas 2 724 anomalias relativas aos campos de identificação do agregado familiar, número do cartão de identificação civil, data de nascimento, entre outras, as quais foram, na sua maioria, corrigidas.

Como apreciação global, a equipa de auditoria da AMTP concluiu que os procedimentos adotados se encontram em conformidade com a lei, carecendo apenas de um maior rigor na inserção de dados na plataforma informática.

Foram apresentadas as seguintes recomendações:

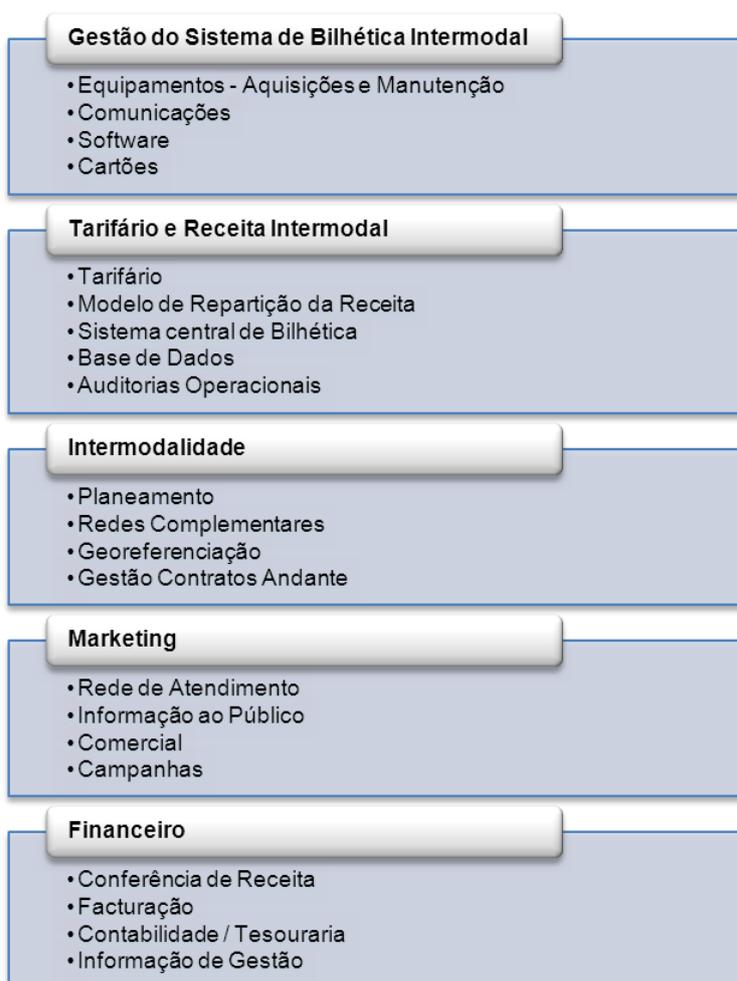
- ✓ reforço da monitorização dos postos de venda, tendo em vista a eliminação dos erros de inserção dos dados na plataforma andante;
- ✓ controlo do completo preenchimento do requerimento do Passe Social + e promoção da sua digitalização, assim como dos respetivos elementos em anexo;
- ✓ tipificação da classificação/arquivo de toda a documentação, de modo a agilizar a consulta/auditoria;
- ✓ partilha com a AMTP de todos os dados relativos ao Sistema Intermodal Andante.

O TIP exerceu o direito de contraditório por carta datada de 09 de abril de 2015, tendo sido efetuadas as melhorias necessárias ao software das bilheteiras existentes na rede de vendas TIP, por forma a colmatar erros na inserção dos dados dos clientes.

## 6. O TIP e os seus Colaboradores

### 6.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos, tendo a estrutura atual sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de dezembro de 2010.



### 6.2. Recursos Humanos

Nos termos do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos, bem como do

Administrador Delegado, responsável pela gestão corrente do ACE, assegurada pelas Agrupadas.

<b>Colaboradores / Empresa</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
MP	8	7	7
STCP	2	3	2
CP	2	3	2
	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>11</b>

A 1 de julho de 2015 findou o contrato de estágio profissional para recém-licenciados desempregados, ao abrigo da Portaria nº 204-B/2013 de 18 de junho de 2013, estágio esse garantido ao TIP, pela agrupada CP, mediante a disponibilização de uma colaboradora na área financeira, com duração de um ano, não tendo sido substituída.

Relativamente à agrupada STCP, um dos recursos cedidos ao TIP rescindiu o contrato de trabalho, por mútuo acordo, com efeitos a 31 de outubro de 2015, não tendo sido substituído.

## 7. O TIP e as suas Agrupadas

### 7.1. Estrutura Societária

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos: Metro do Porto, SA (MP), Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA (STCP) e Comboios de Portugal, EPE. (CP).

Não se registaram alterações no capital social do Agrupamento de 30.000 euros (trinta mil euros), mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP a ser detido equitativamente pelas suas três agrupadas.

Empresa	% Capital
Comboios de Portugal, EPE	33,3%
Metro do Porto, S.A.	33,3%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA	33,3%

### 7.2. Composição dos Órgãos Sociais

#### Mesa da Assembleia Geral

A composição da Mesa da Assembleia Geral foi aprovada em reunião deste órgão de 27 de março de 2013.

No dia 29 de junho de 2015, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eng<sup>a</sup> Maria Helena Meira da Silva Castro, cessou as suas funções no TIP pelo facto de ter rescindido, por mútuo acordo, o seu contrato de trabalho com a empresa de origem, a STCP, não tendo sido substituída no cargo.

## Mandato 2013 - 2015

Cargo	Nome
Presidente	Maria Helena Meira da Silva Castro
Vice - Presidente	Fernando Manuel Moreira
Secretário	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães

As competências da Assembleia Geral encontram-se definidas no Artigo 8º ponto 8 dos seus Estatutos.

*“São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei e neste contrato, as matérias seguintes:*

- a) Alteração dos Estatutos;*
- b) Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;*
- c) Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;*
- d) Exclusão de qualquer membro;*
- e) Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;*
- f) Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.*

Os membros da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

### Conselho de Administração

A eleição do Conselho de Administração para o triénio 2013-2015 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 27 de março de 2013 sendo a sua composição até 22 de julho de 2015 a que a seguir se detalha.

## Mandato 2013 - 2015

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	João Velez Carvalho	Metro do Porto, SA
Vogal	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	STCP, SA
Vogal	António José Lopes	Eleito pela Assembleia Geral
Administradora Delegada	Maria João Ferreira da Silva Santos	

Por carta datada de 22 de julho de 2015, dirigida ao Fiscal Único, a Presidente do Conselho de Administração do TIP, Senhora Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias renunciou ao cargo.

A Agrupada CP, por comunicação datada de 13 de agosto de 2015, dirigida ao Fiscal Único, propôs que na sequência da renúncia apresentada pela Senhora Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias ao exercício do cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da CP e, por inerência, ao exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração do TIP, ACE, se promovesse a substituição do seu representante neste agrupamento, pelo Senhor Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró, proposta que formulou nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 9.º dos Estatutos da Sociedade.

A referida substituição foi efetuada por cooptação nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, com efeitos a partir de 14 de setembro de 2015.

Nos termos do Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP “compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento.”

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração exarados no ponto 5, da Ata nº 66, de 10 de julho 2010.

Nos termos do artigo 9º ponto 3 dos Estatutos do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, os membros do Conselho de Administração, com exceção da Administradora Delegada, não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados pelas suas empresas de origem.

#### Mandato 2013 - 2015

Cargo	Nome	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas Representação
Administradora Delegada	Maria João Ferreira da Silva Santos			4 250,00 €	

Nome	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
Maria João Ferreira da Silva Santos		59.500,04 €			4.434,18 €	55.065,86 €

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais				
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais
		Identificar	Valor			
Maria João Ferreira da Silva Santos	1.591,52 €	Seg. Social	6.170,09 €	247,49 €	8,40 €	

Conforme deliberação do Conselho do Conselho de Administração de 16 de maio de 2014, o plafond mensal da Administradora Delegada para utilização do telemóvel é de 60 euros.

Os *Curricula Vitae* dos Membros do Conselho de Administração encontram-se detalhados em anexo.

## Fiscal Único

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, “o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de fiscalizar a gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas.”

A eleição do Fiscal Único para o triénio 2013-2015 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 27 de março de 2013 sendo as funções exercidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o nº 1975, representada pelo Senhor Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, Revisor Oficial de Contas nº 1314.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE desde o exercício económico de 2003. Até ao ano de 2012 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), passando, desde o exercício de 2013, a ser representada pelo sócio Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos (ROC n.º 1314).

A remuneração auferida pelo Revisor Oficial de Contas do TIP, relativa ao exercício de 2015, foi de 4.600,10 euros, valor sob o qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

O referido valor contempla a redução remuneratória de acordo com o disposto na alínea o) do nº9 do artigo 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e reversão nos termos do seu artigo 4º.

## 7.3. Modelo de Governo do TIP

### 7.3.1. Missão, Visão e Política

O TIP posiciona-se como o promotor da melhoria da mobilidade sustentada na AMP, fomentando o crescimento integrado do transporte público de passageiros através do uso de tecnologias inovadoras.

A sua missão assenta nos seguintes pilares:

- Gestão do sistema de bilhética intermodal para a AMP.
- Promoção do aumento da mobilidade dos seus habitantes através da:
  - transferência modal do transporte individual privado;
  - conceção e proposta de uma estrutura tarifária única;
  - gestão rigorosa da receita intermodal;
  - integração de operadores privados no sistema, numa lógica de gestão integrada dos subsistemas, promovendo a racionalidade na utilização dos meios disponíveis;
  - criação e gestão de um sistema de informação intermodal para a AMP;
  - gestão de uma rede integrada de pontos de atendimento na AMP.

As Orientações Estratégicas para o mandato 2013 – 2015 estabelecem:

1. Adequação do modelo de negócio do TIP e respetivo modelo de gestão;
2. Análise do parque de equipamentos geridos pelo TIP e estudos possíveis da sua substituição parcial/integral;
3. Estudo de hipóteses de inovação tecnológica que permitam facultar ao Cliente outras formas de aquisição dos títulos de transporte;
4. Dotar o TIP de mecanismos próprios que lhe permitam criar uma certa autonomia perante os prestadores de serviços e fornecedores atuais;
5. Afirmação do sistema de bilhética e garantia da autonomia na sua gestão e manutenção;
6. Credibilização do sistema tarifário intermodal junto de todas as partes interessadas;
7. Criar um sistema de informação intermodal que apoie os cidadãos da AMP nas suas decisões de mobilidade e potencie o crescimento da quota de Transporte Público (TP) em projeto a desenvolver em conjunto com as agrupadas;

8. Criação de parcerias que potenciem o uso do transporte público e a utilização do Andante;
9. Divulgação da marca Andante;
10. Reanálise da estrutura de zonamento do tarifário Andante, de forma a torná-lo mais perceptível para os utilizadores do sistema de transporte intermodal;
11. Negociação de integração de grupos de linhas de operadores privados em articulação com a ANTRON e agrupadas e respetiva contratualização;
12. Realização de um estudo independente de análise de sensibilidade externa a fim de o TIP ficar dotado dos elementos necessários que lhe permitam tomar uma decisão sobre o critério da repartição com base no indicador Passageiro/Km.

### 7.3.2. Regulamentos Internos e Externos

Sendo o TIP um agrupamento complementar de empresas (ACE), rege-se pelos seus Estatutos e pelas normas gerais de enquadramento da atividade dos ACE: Lei n.º 4/73, de 04 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 157/81, de 11 de junho, Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de março e Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto e ainda pelo Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, de 20 de dezembro de 2002.

O TIP pauta igualmente a sua atividade pelo cumprimento dos Princípios de Bom Governo em respeito pela legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Como empresa gestora do sistema de bilhética e tarifário intermodal na AMP, está sujeita, em particular, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 8/93, de 11 de janeiro;
- Protocolos do Tarifário Social celebrados com o Governo central.

Adicionalmente a sua atividade enquadra-se também no âmbito de:

- Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, retificado pela Declaração Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março e alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009,

de 11 de setembro, pelo Decreto-lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

Em tudo o mais, o TIP obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor que lhe seja aplicável, bem como à observância dos normativos em vigor nas empresas que constituem este ACE.

### 7.3.3. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

Entidade	Compras / Aquisição de Serviços	Vendas / Prestações de Serviços
CP - Comboios de Portugal, EPE	4 467 331,00	727 331,00
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA	32 358 573,00	1 845 728,00
Metro do Porto, SA	38 629 224,00	1 863 424,00
<b>Total</b>	<b>75 455 128,00</b>	<b>4 436 483,00</b>

Valores em Euros e sem IVA incluído

### 7.3.4. Informação sobre outras transações

No que respeita a transações com partes não relacionadas, o TIP seguiu os procedimentos legalmente estabelecidos em matéria de aquisição de bens e serviços.

#### A) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças concursais e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

## B) Universo de transações fora das condições de mercado

Excecionalmente, por razões específicas de ordem técnica, sempre devidamente fundamentadas, nomeadamente nas situações de ausência de condições concorrenciais como as de direitos de propriedade intelectual ou industrial, poderá haver recurso ao ajuste direto a uma entidade.

## C) Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

<b>Nome</b>	<b>Montante</b>	<b>Localidade</b>
Payshop, SA	737 131,54	Lisboa
Novabase Business Solutions, SA	714 717,61	Lisboa
Egor - Outsourcing Pr. S. O. Ad. Pessoal	478 908,74	Lisboa
Prosegur - Comp. de Segurança, Lda	409 891,91	Lisboa
<b>Total</b>	<b>2 340 649,80</b>	

Valores em Euros e sem IVA incluído

## D) Contratação Pública

A 28 de julho de 2015 foi lançado na plataforma Vortal o concurso público internacional para a rede de vendas de produtos geridos pelo TIP.

O objeto do concurso é o de garantir a existência de uma rede de vendas permanente que assegure a comercialização de produtos, nomeadamente venda de cartões sem contacto de baixo custo dos tarifários Intermodal e CP Porto, e de carregamento eletrónico de títulos de transporte, geridos pelo TIP, da STCP e da CP Porto, através de Agentes de Venda da área geográfica coberta pela rede Intermodal Andante e em toda a área de influência da CP Urbanos do Porto, nomeadamente na área circundante e interior das estações, incluindo a disponibilização de hardware e o desenvolvimento de software necessário, nos termos e condições resultantes dos elementos patenteados no concurso, nomeadamente no Caderno de Encargos.

Tipo de Contrato: Prestação de Serviços.

Data do anúncio publicado em Diário da República: 28/07/2015

Paralelamente, foram efetuados ajustes diretos com consulta a mais do que uma empresa, a saber:

No dia 21 de janeiro de 2015 foram convidadas quatro empresas para a prestação de serviços de manutenção das bilheteiras.

A consulta teve como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos instalados nos postos de venda assistidos integrantes do Sistema de Bilhética Intermodal gerido pelo TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE e propriedade deste Agrupamento.

A consulta foi adjudicada à Novabase Business Solutions e o respetivo contrato entrou em vigor a 1 de março de 2015.

Tipo de Contrato: Prestação de Serviços.

No dia 21 de janeiro de 2015 foram convidadas quatro empresas para a prestação de serviços da gestão e manutenção da rede de bilhética.

A consulta teve como objeto a contratação de serviços de gestão e manutenção da rede de fibra ótica do TIP que interliga os equipamentos de bilhética ao Computador Central de Bilhética (CCB) e interliga com as redes de todas as agrupadas do TIP.

O contrato foi celebrado com a Efacec Engenharia e Sistemas, SA a 1 de março de 2015.

Tipo de Contrato: Prestação de Serviços.

No dia 21 de maio de 2015 foram convidadas seis empresas para a manutenção do Sistema Central de Bilhética.

A consulta teve como objeto a contratação de serviços de manutenção do sistema central que garantam o correto funcionamento do sistema.

O contrato foi celebrado com a Secur.Net com efeitos a 3 de junho de 2015.

Tipo de Contrato: Prestação de Serviços.

No dia 22 de junho de 2015 foram convidadas quatro empresas para a aquisição de serviços para obtenção de estudo comparativo da repartição da receita Intermodal Andante com base no Passageiro/Zona versus Passageiro/Km.

A elaboração do estudo foi adjudicada à empresa Boxer Consulting a 6 de julho de 2015.

Tipo de Contrato: Aquisição de serviços.

No dia 10 de julho de 2015 foram convidadas três empresas para apresentarem proposta para aquisição de licenças Microsoft pelo período de 3 anos.

O acordo de utilização de licenças foi celebrado com a empresa ITEN a 22 de julho de 2015.

Tipo de Contrato: Aquisição de serviços.

No dia 27 de julho de 2015 foram convidadas três empresas para apresentação de propostas para a realização de auditoria externa às demonstrações financeiras do exercício de 2015.

A referida auditoria foi adjudicada à empresa Ernst & Young a 21 de setembro de 2015.

Tipo de Contrato: Aquisição de serviços.

No decorrer do ano foram lançados vários convites, sempre pelo menos a três empresas, para aquisição de material diverso, tal como rolos de recibos para as máquinas de venda automática e impressoras de cartões, fitas para as mesmas, equipamento informático, entre outros.

Em todos os procedimentos concursais o critério de adjudicação foi o do preço mais baixo.

### **7.3.5. Sistema de controlo**

Todos os procedimentos decisórios são alvo de verificação sistemática em dois níveis hierárquicos: informação elaborada pelos técnicos de acordo com as áreas de responsabilidade - Gestão de Sistema de Bilhética Intermodal, Tarifário e Receita Intermodal, Intermodalidade, Marketing, Financeira - e consequente decisão pela Administradora Delegada e/ou pelo Conselho de Administração, podendo encontrar-se exemplos do envolvimento dos referidos níveis hierárquicos em todas as atas do Conselho de Administração.

As decisões do Conselho de Administração são escrupulosamente monitorizadas pela Administradora Delegada.

Mensalmente são elaborados relatórios de informação de gestão operacional e financeira analisados e avaliados em sede de Conselho de Administração.

Trimestralmente, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, o Fiscal Único elabora os relatórios de controlo de execução orçamental que são posteriormente remetidos à Direção Geral do Tesouro e Finanças, com conhecimento à tutela setorial e publicitados no site Andante.

As contas anuais foram objeto de Auditoria Externa, por empresa independente, que emitiu o respetivo relatório.

Relativamente à componente de obrigação tarifária, protocolada pelos operadores aderentes ao sistema tarifário Andante com a DGTF, no que respeita ao TSA, e com o IMT, no que respeita aos tarifários 4\_18@escola.tp e Sub\_23@superior.tp, cuja gestão compete ao TIP, foi prestada a informação mensal de controlo definida.

A 23 de março de 2015 foi aprovado, em Conselho de Administração do TIP, o Plano de Execução 2014 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão tendo o referido documento sido remetido à Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, ao Tribunal de Contas, à Direção Geral do Tesouro e Finanças, à Inspeção Geral de Finanças e ao Conselho de Prevenção da Corrupção.

Não dispondo o TIP diretamente de um Código de Ética e de Conduta, orienta a sua atividade em observância aos Códigos de Ética das suas agrupadas, na medida em que os colaboradores que lhe estão afetos pertencem ao respetivo quadro dos recursos humanos.

## 8. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios Económico, Social e Ambiental

Este ACE prossegue uma política económica de gestão integrada dos recursos do SIA, do tarifário intermodal aplicável a todos os operadores aderentes, bem como da rede de vendas comum, desenvolvendo a sua atividade com um efetivo reduzido e com recurso a prestações de serviços externas em áreas especializadas, dentro dos princípios de racionalidade económica, financeira, social e ambiental e de salvaguarda de normas de qualidade.

Sendo o TIP um agrupamento complementar de empresas, a sua existência e consequentes riscos para a sua atividade e para o seu futuro depende essencialmente dos riscos e das opções estratégicas assumidos pelas suas agrupadas.

O TIP configura uma sociedade veículo criada pelas suas agrupadas, todas empresas de transporte coletivo de passageiros pertencentes ao Sector Empresarial do Estado, com o objetivo de implantar e gerir um sistema de bilhética intermodal comum às agrupadas, permitindo assim atingir níveis de eficiência económica que não seriam possíveis caso cada agrupada tivesse desenvolvido um sistema de bilhética próprio. O TIP viabilizou a criação de um sistema de bilhética comum, de um sistema tarifário comum e de uma rede de vendas comum às três empresas e a outros operadores que, entretanto, integraram o SIA, com a afetação dos seguintes recursos:

Máquinas de Venda Automáticas (MVAs)	278
Máquinas de Venda Manuais (Bilheteiras)	76
Agentes de Venda	621
ATM (em todo o país)	aprox. 12.800
Máquinas Portáteis de Venda e Fiscalização	137
Máquinas Portáteis de Fiscalização	64
Validadores	1.972

## Responsabilidade social

### Interna

Nos termos do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio sendo a disponibilização de recursos humanos (Técnicos e Administrador Delegado) assegurada pelas agrupadas, pelo que os colaboradores do TIP se encontram abrangidos pelas políticas de responsabilidade social das respetivas empresas de origem.

No âmbito da Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, alterada pela Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro e n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro, que regula a Medida Estágios Emprego, o TIP integra um estágio em contexto de trabalho, através da sua agrupada CP.

Do total dos 11 elementos em serviço neste ACE a 31 de dezembro de 2015, 45% pertencem ao sexo feminino.

### Externa

Ao permitir-se ao cliente viajar em diversos modos de transporte utilizando o mesmo título de transporte com a mesma tarifa, o TIP está inquestionavelmente a potenciar a eliminação de barreiras na mobilidade das populações servidas através da utilização do sistema intermodal.

## Quadro Síntese de Evolução da Intermodalidade na AMP

	Validações Totais TP	Validações Intermodais	% Intermod. sobre total sistema	Nº Operadores Aderentes	Nº Linhas Integradas
2003	nd	6,67	nd	3	18
2004	nd	12,33	nd	7	30
2005	165,72	22,25	13%	7	57
2006	150,85	44,15	29%	7	65
2007	176,23	68,52	39%	7	99
2008	183,17	82,53	45%	7	99
2009	180,75	90,25	50%	7	99
2010	184,41	97,73	53%	7	98
2011	186,24	104,68	56%	9	102
2012	172,64	109,68	64%	11	130
2013	166,07	136,32	82%	11	134
2014	163,09	137,80	84%	11	138
2015	164,07	137,75	84%	11	138

Unidade: milhões de validações

O TIP, conforme inscrito na sua visão, posiciona-se como o promotor da melhoria da mobilidade sustentada na AMP, nomeadamente em transporte público. Assim desencadeia ações no âmbito puramente intermodal e apoia, na esfera das suas competências, as políticas de sustentabilidade social da comunidade seguidas pelas três agrupadas.

### Desenvolvimento Sustentável

#### Promoção da proteção ambiental

A intermodalidade assume-se como um fator determinante no desenvolvimento da mobilidade sustentável.

O desenho de redes de transporte mais eficientes, articuladas entre si e orientadas em função do cliente permite a obtenção de ganhos significativos em matéria ambiental quando aliados a um sistema de bilhética e tarifário comuns.

Viabiliza-se assim uma redução do número de equipamentos instalados e do número de tipos de títulos em utilização.

Igualmente crucial revela-se a opção pela utilização de cartões recarregáveis que permitem reduzir em larga escala a produção de resíduos que resultariam inevitavelmente da utilização de cartões descartáveis (1 só utilização).

Em termos médios mensais, em 2015, foram utilizados 661 mil cartões Andante azul tendo cada cartão sido utilizado no sistema intermodal, em média, 4,48 vezes por mês e contribuindo assim para uma considerável redução de resíduos produzidos, na ordem das 42,5 toneladas de resíduos de papel, que correspondem a uma poupança de cerca de 720 árvores e a cerca de 425.000 litros de água, evitados pelo facto de os cartões Andante serem recarregáveis.

### **Serviço público e satisfação das necessidades da comunidade**

O TIP, ao consubstanciar um agrupamento complementar de empresas que assegura um serviço público de transporte público de passageiros nos modos ferroviários, metro e rodoviário, contribui indiretamente para esse mesmo serviço e para a satisfação das necessidades da coletividade servida pelas agrupadas.

## 9. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado

A informação constante do presente capítulo foi elaborada em cumprimento pela legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e dando cumprimento às orientações recebidas através do ofício nº 832 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 12 de fevereiro de 2016.

### A) Objetivos de Gestão e Graus de Cumprimento

Não aplicável.

### B) Gestão do Risco Financeiro e Limites de Endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento nos últimos cinco anos:

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Encargos Financeiros (€)	80 421,35	66 792,35	31 870,39	23 114,82	12 105,93
Taxa Média de Financiamento (%)	2,53%	2,56%	1,59%	1,66%	1,57%

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado:

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	2015	Var. Absoluta	Var. %
Financiamentos Obtidos	1 624 160,85	1 005 811,34	377 997,84	-627 813,50	-62,42%
.....dos quais concedidos pela DGTf	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por conversão de crédito:	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>Endividamento Ajustado</b>	<b>1 624 160,85</b>	<b>1 005 811,34</b>	<b>377 997,84</b>	<b>-627 813,50</b>	<b>-62,42%</b>

### C) Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Pagamentos em Atraso

Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, alterada pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação nos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definido no Decreto-Lei nº 65 – A / 2011, de 17 de maio, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

PMP	2014	2015	Var. 2015/2014
Prazo (dias)	153	160	4,58%

Dívidas Vencidas (€)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65 - A / 2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	7 218 318	53 256	184 356	208 948	792 160
Aquisições de Capital	241 848	0	0	0	4 160
<b>Total</b>	<b>7 460 166</b>	<b>53 256</b>	<b>184 356</b>	<b>208 948</b>	<b>796 319</b>

### D) Recomendações aquando da Aprovação das Contas de 2015

#### Recomendações do Acionista

Não aplicável.

#### Recomendações do Tribunal de Contas

Não foi emitida qualquer recomendação às contas do TIP referente ao exercício de 2015.

### E) Orientações sobre as Remunerações

Não aplicável.

### F) Aplicação do Estatuto de Gestor Público

Não aplicável.

### **G) Aplicação das orientações relativas às normas de Contratação Pública**

O TIP respeita as normas de contratação pública aquando o lançamento dos procedimentos concursais.

### **H) Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado**

Não aplicável.

### **I) Plano de Redução de Custos**

Não aplicável.

### **J) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado**

Nos termos no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, relativo ao Princípio da Unidade de Tesouraria, o TIP procedeu à abertura de uma conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E que utiliza para movimentar a generalidade dos seus fundos.

Pontualmente, resultado de particularidades técnicas do negócio TIP e da indisponibilidade de serviços ou soluções por parte da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E, o TIP tem necessidade de colocar, sem prejuízo de posterior consolidação de saldos, fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. Nesse sentido, e ao abrigo do disposto no número n.º 3 do Artigo 28.º do Decreto-Lei 133/2013, o TIP tem solicitado regime de exceção relativamente a essas situações pontuais.

### **K) Prevenção de Conflitos de Interesse**

Nos termos dos artigos 51º e 52º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, nenhum dos membros dos órgãos sociais da empresa regista situações de conflitos de

interesses, de participações no ACE, de relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócios passíveis de gerar conflitos de interesse.

## L) Divulgação de Informação

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Informação Financeira histórica e atual	x			
Organigrama	x			
<b>Órgãos Sociais e Modelo de Governo</b>				
Identificação dos Órgãos Sociais	x			
Elementos Curriculares de todos os membros do CA	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA			x	
Identificação de comissões existentes na sociedade			x	
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			
Remuneração dos órgãos sociais	x			
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transações fora das condições de mercado		x		
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Ética e Conduta			x	
Relatório e Contas	x			

Ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, o TIP dá cumprimento às obrigações de reporte trimestral de execução orçamental.

O relatório trimestral acompanhado do relatório do órgão de fiscalização, com a devida informação de gestão financeira do TIP é transmitido à DGTF e divulgado no site da empresa.

## M) Síntese do Cumprimento das Obrigações Legais

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<b>Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento</b>			x		
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	x				
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	x				
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	x				
<b>Divulgação nos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>			x		
<b>Recomendações do Acionista na aprovação de contas</b>			x		
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	x				
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2015	x				
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei 83-C/2013	x				
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2015	x				
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei 83-C/2013	x				
<b>Artigo 32º do Estatuto do Gestor Público</b>					
Utilização de cartões de crédito			x		
Reembolso de despesas de representação pessoal			x		
<b>Contratação Pública</b>					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x				
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	x				
Contratos submetidos a visto prévio do TC					
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>					
Recomendações			x		
<b>Parque Automóvel</b>			x		
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei nº 83 - C / 2013)</b>			x		
<b>Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 83-C/2013)</b>					
Nº de trabalhadores			x		
Nº de cargos dirigentes			x		
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)</b>					
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	x				
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado					

## 10. Desempenho Económico e Financeiro

### *Introdução*

O TIP é um agrupamento que tem como objeto a gestão de um sistema de bilhética comum aos operadores de transporte aderentes ao SIA, mais concretamente, as três empresas agrupadas – MP, STCP e CP – e os oito operadores rodoviários privados – Resende, Pacense, ETG, Nogueira da Costa, Espírito Santo, Valpi, MGC e Maia Transportes.

É assim responsável, entre outras atividades, pela gestão da receita da venda de títulos e cartões intermodais, pelo processamento e repartição dessa receita, de acordo com o modelo de repartição aprovado, pela aquisição e exploração dos equipamentos intermodais e pela gestão do sistema de informação aos clientes. Complementarmente, assegura também a gestão dos equipamentos de bilhética monomodal STCP e CP.

A principal fonte de receita do TIP consiste nas comissões cobradas aos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante, apuradas em função do total de validações e da receita repartida, a que acresce o valor cobrado aos clientes pelos cartões vendidos e receitas decorrentes do contrato de cedência de equipamento de bilhética celebrado com a CP.

## Situação Patrimonial

BALANÇO	2014	2015	Varição 15/14
Ativos Fixos Tangíveis	1.392.946	1.472.007	5,68%
Ativos Intangíveis	15.239	6.302	-58,65%
Inventários	352.720	246.881	-30,01%
Clientes	1.398.740	678.418	-51,50%
Estado e outros entes públicos	283.502	316.860	11,77%
Outras contas a receber	1.056.606	1.168.338	10,57%
Caixa e Depósitos Bancários	4.174.649	6.672.256	59,83%
Diferimentos	32.465	25.441	-21,63%
<b>Ativo</b>	<b>8.706.867</b>	<b>10.586.503</b>	<b>21,59%</b>
Capital realizado	30.000	30.000	0,00%
Resultados transitados	-5.176.026	-4.676.427	-9,65%
Subsídios ao investimento	84.967	36.194	-57,40%
Resultado líquido do período	499.600	2.835.381	467,53%
<b>Capital Próprio</b>	<b>-4.561.460</b>	<b>-1.774.852</b>	<b>-61,09%</b>
Passivo não corrente	378.032	0	-100,00%
Fornecedores	1.637.515	1.944.511	18,75%
Fornecedores de Investimentos	59.681	453.265	659,48%
Estado e outros entes públicos	3.399	3.010	-11,45%
Financiamentos obtidos	627.779	377.998	-39,79%
Outras contas a pagar	10.555.599	9.582.572	-9,22%
Diferimentos	6.323	0	-100,00%
<b>Passivo</b>	<b>13.268.327</b>	<b>12.361.355</b>	<b>-6,84%</b>

Registou-se em 2015 um nível de investimento de 598,5 milhares de euros (face a 200,7 milhares de euros no ano anterior), na sua maioria referente ao contrato de migração para a nova tecnologia EMV dos TPA instalados nas MVA.

Pese embora o considerável investimento realizado em 2015 e em resultado da depreciação contabilística dos equipamentos intermodais, regista-se um aumento ligeiro do ativo não corrente de 5% face a 2014.

No que respeita ao ativo corrente, regista-se uma redução de 51% das dívidas de clientes, ascendendo estas a 678,4 milhares de euros, no final do exercício.

Em sentido contrário, registou-se uma subida da rubrica Outras Contas a Receber, com um crescimento de 10,6% face ao ano transato, para um total no final do exercício de

1.168,3 milhares de euros. Esta rubrica resulta de imputações de custos diversos que deverão ser suportados pelas agrupadas, destacando-se o valor de 621,5 milhares de euros relativos a processos de vandalismo e seguros de vandalismo a cargo dos operadores CP e Metro do Porto.

Os valores a receber do Estado, 316,9 mil euros, são na quase totalidade referentes a verbas de IVA a recuperar.

Mantém-se a tendência de melhoria do Capital Próprio do TIP, que em 2015 apresenta um aumento de 61%, mantendo-se, no entanto, negativo em 1,8 milhões de euros. A melhoria desta rubrica resulta do aumento significativo registado no resultado líquido do exercício.

Procedeu-se, nos termos contratualmente previstos, à amortização de 627,8 milhares de euros da operação de locação financeira contratada em 2009 para financiamento da aquisição de equipamentos de bilhética, o que conduziu à redução de 62,4% do montante de financiamentos obtidos, considerando os passivos corrente e não corrente. No final do exercício de 2015, o valor em dívida desta operação ascende a 378 mil euros, total a amortizar em 2016, fim do prazo contratual da operação.

Ao nível do passivo corrente, regista-se uma redução de 9% da rubrica Outras Contas a Pagar, que ascende a 9,6 milhões de euros no final de 2015 e é maioritariamente composta por receita intermodal repartida faturada ao TIP pelos operadores aderentes ao SIA.

Regista-se um aumento de 19% das dívidas a fornecedores correntes e de 659% do valor em dívida a fornecedores de investimentos, justificado pelo volume de faturação no final do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2014	2015	Varição 15/14
CMVMC	-359,412	-393,314	9.43%
Fornecimentos e serviços externos	-3,489,054	-3,338,084	-4.33%
Gastos com o pessoal	-544,097	-572,217	5.17%
Outros gastos e perdas	-7,756	-53,346	587.82%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1,219,726	-528,382	-56.68%
Juros e gastos similares suportados	-206,080	-191,531	-7.06%
Imposto sobre o rendimento do período	-2,025	-624	-69.16%
<b>Gastos</b>	<b>-5,828,149</b>	<b>-5,077,497</b>	<b>-12.88%</b>
Vendas e serviços prestados	5,883,930	6,145,210	4.44%
Outros rendimentos e ganhos	442,282	1,652,105	273.54%
Juros e rendimentos similares obtidos	1,537	115,564	7417.86%
<b>Rendimentos</b>	<b>6,327,749</b>	<b>7,912,878</b>	<b>25.05%</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>499,600</b>	<b>2,835,381</b>	<b>467.53%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>1,925,893</b>	<b>3,440,353</b>	<b>78.64%</b>

[valores expressos em euros]

Em 2015 o EBITDA apresentou uma subida de 78,6% para o valor de 3,4 milhões de euros.

O Resultado Líquido do exercício, positivo em 2,8 milhões de euros, teve um aumento significativo face ao valor do ano anterior (mais 468%).

Estas evoluções resultam:

- Em parte da subida de 4,4% das Vendas e serviços prestados, para o que contribuiu o aumento de 33% nas vendas de títulos de transporte e mapas (mais 386,6 mil euros) e
- sobretudo do aumento significativo da rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” (mais 1,2 milhões de euros face a 2014).

Este último decorre do desreconhecimento no balanço do passivo relativo aos talões “Vale Numerário” expirados e não descontados e da receita arrecadada mas sem expectativa de repartição pelos operadores (títulos Andante Pro expirados mas não validados). No que concerne à primeira componente, esta decorreu de uma decisão do Conselho de Administração de 14 de setembro de 2015, devidamente fundamentada pelo parecer fiscal apresentado pela Ernst & Young em 30 de abril, no parecer jurídico da

Sociedade de Advogados “António M. G. Pereira, Miguel Lourenço” de 29 de abril e no parecer do Revisor Oficial de Contas de 21 de julho de 2015.

A rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” regista também um aumento face ao ano anterior, explicado pela regularização da duplicação de faturação de comissões.

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos apresenta, em termos agregados, uma redução de 4,3%.

	2014	2015	Varição 15/14
Custos Operacionais	4,400,319	4,356,961	-0.99%
Receitas Operacionais	5,883,930	6,145,210	4.44%
<b>Grau de Cobertura Operacional</b>	<b>133.72%</b>	<b>141.04%</b>	<b>7,32 p.p.</b>

[valores expressos em euros]

Mantém-se a tendência de melhoria do grau de cobertura operacional, registando-se uma variação positiva face a 2014 de 7,3 p.p. Este indicador traduz a cobertura dos Custos Operacionais sem amortizações pelas Receitas diretamente relacionados com a atividade operacional do TIP.

## 10.1. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor de 2.835.380,51 euros (dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, trezentos e oitenta euros e cinquenta e um cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 21 de março de 2016

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Vogais:

## PERSPETIVAS PARA 2016



Ao longo destes últimos 10 anos, a base do sistema de bilhética intermodal não registou qualquer evolução estrutural, revelando um potencial de melhoria na sua sustentabilidade, na abrangência de operadores e na garantia de um sistema de tarifário único para os clientes, o que se tem vindo a realizar.

Contudo, alterações no enquadramento legal e de *governance*, com a criação da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) e a extinção da AMTP, bem como a passagem de algumas das funções desta última entidade para a Área Metropolitana do Porto, introduziram uma necessidade de repensar o enquadramento futuro do TIP.

Não obstante ter sido apresentado às Tutelas Setorial e Financeira um documento de reflexão estratégica do futuro do TIP, com uma análise de *benchmark* aos sistemas de transporte multimodais das principais congéneres europeias, com a publicação da Lei n.º 52/2015, de 09 de junho, todo e qualquer cenário apresentado viu-se alterado e desadequado à nova realidade.

É neste cenário de incerteza que preparamos o Plano de Atividades e Orçamento para 2016, que assentará nos pressupostos e valores que estiveram na base da elaboração do mesmo documento para o ano de 2015.

Neste sentido, o Plano de Atividades do TIP irá desenvolver-se nas seguintes vertentes:

## I. Sistema de Bilhética e Receita Intermodal

No ano de 2015, foi celebrado um Protocolo com a Novabase de entrega dos códigos fonte relativos ao software do Sistema de Bilhética Intermodal do Sistema Intermodal Andante, encerrando-se assim um processo com mais de dez anos. O TIP passou a dispor de meios e recursos para poder abrir à concorrência de outros fornecedores e prestadores de serviços (cf. ponto 2.5).

Em 2016, continua a ser objetivo do TIP desenvolver o trabalho sobre os seus sistemas de informação, com o estudo sobre a viabilidade de utilização de uma única tabela de validações, a par do estudo sobre as listas negras e a validade dos cartões Andante, bem como o real controlo dos seus dois fluxos financeiros, o da operação e o da recolha/ repartição.

## II. Modelo de Negócio do TIP

Em 2016 manter-se-ão os valores do “*fee*” por validação monomodal e intermodal e da comissão de rede de vendas, cujo aumento mais não significaria do que a transferência de custos de exploração e investimento do TIP para os operadores. O mesmo acontecerá com o valor dos cartões Andante ocasionais e de assinatura.

## III. Alargamento do Sistema Intermodal Andante

Não tendo ocorrido no ano transato qualquer alargamento da rede de transporte público integrada no SIA, espera-se no decurso de 2016, poder incrementar essa rede e efetuar a revisão do zonamento intermodal, em articulação com as autoridades de transportes, de acordo com o novo quadro jurídico decorrente da Lei 52/2015.

## IV. Canais de Venda

Na sequência do concurso lançado para a rede de vendas de produtos geridos pelo TIP, a sua adjudicação e implementação ocorrerá no 1º trimestre de 2016.

Espera-se igualmente efetuar neste ano o lançamento e a adjudicação do concurso para prestação de serviços de recolha e tratamento de valores de toda a rede de vendas.

Tendo consciência de que existe um forte potencial na diversificação dos canais de venda, o TIP pretende ver concretizado, em 2016, a possibilidade de carregamento de títulos de transporte através da internet e do telemóvel.

## V. Proposta de valor associada ao Cartão Andante Gold

O TIP irá lançar ao longo de 2016 um conjunto de parcerias com entidades relevantes da Área Metropolitana do Porto, materializado em benefícios diretos e mensuráveis no dia-a-dia do Cliente, prosseguindo o trabalho já iniciado no ano de 2015.

## VI. Processos internos

Com o termo do contrato de prestação de serviços com a STCP, no âmbito da conferência da receita gerada nas lojas Andante, em dezembro de 2015, cujo valor anual estimado é de 78,9 mil euros, todo o processo passará a ser efetuado pelo próprio TIP através do Núcleo da Conferência da Receita entretanto criado.

2016 será igualmente marcado pela permanente atualização do cadastro do sistema de bilhética, bem como a gestão operacional dos fornecimentos e prestações de serviços contratualizados, com a nomeação de um gestor por contrato e a criação de bases de dados de contratos que permitam o acompanhamento formal dos mesmos.

## VII. Gestão económica e financeira

Tendo em vista as políticas que se têm vindo a seguir nos últimos 3 anos, resultados líquidos positivos e autofinanciamento do investimento, o ACE continuará, em 2016, a ter a preocupação já tida nos referidos anos, isto é, garantir o rigoroso cumprimento das orientações da Tutela no sentido da forte contenção de custos, consentânea com o previsto alargamento da sua atividade.

É igualmente preconizado por este ACE a apresentação ao seu Conselho de Administração de uma política de investimentos mediante proposta devidamente fundamentada.

Paralelamente, o TIP continuará com a renegociação dos contratos existentes e com o lançamento de processos concursais dos contratos a terminar, com especial incidência no valor dos preços praticados, pressupondo a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015



## Balanço a 31 de Dezembro de 2015

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	31/12/2015	31/12/2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 472 007	1 392 946
Ativos intangíveis	6	6 302	15 239
		<b>1 478 309</b>	<b>1 408 185</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	246 881	352 720
Clientes	8	678 418	1 398 740
Estado e outros entes públicos	9	316 860	283 502
Outras contas a receber	10	1 168 338	1 056 606
Diferimentos	11	25 441	32 465
Caixa e depósitos bancários	4	6 672 256	4 174 649
		9 108 194	7 298 682
<b>Total do ativo</b>		<b>10 586 503</b>	<b>8 706 867</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado		30 000	30 000
Resultados transitados		(4 676 427)	(5 176 026)
Subsídios ao investimento		36 194	84 967
Resultado líquido do período		2 835 381	499 600
<b>Total do capital próprio</b>	12	<b>(1 774 852)</b>	<b>(4 561 460)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos			378 032
			<b>378 032</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	1 944 511	1 637 515
Fornecedores de investimentos	15	453 265	59 681
Estado e outros entes públicos	9	3 010	3 399
Financiamentos obtidos	16	377 998	627 779
Outras contas a pagar	14	9 582 572	10 555 599
Diferimentos	11		6 323
		<b>12 361 355</b>	<b>12 890 295</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>12 361 355</b>	<b>13 268 327</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>10 586 503</b>	<b>8 706 867</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## Demonstração dos Resultados por Naturezas dos períodos de 2015 e 2014

Valores em Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014
<b>Réditos</b>			
Vendas e serviços prestados	17	6 145 210	5 883 930
<b>Outros rendimentos</b>			
Outros rendimentos e ganhos	18	1 652 105	442 282
<b>Gastos e perdas</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(393 314)	(359 412)
Fornecimentos e serviços externos	20	(3 338 084)	(3 489 054)
Gastos com o pessoal	21	(572 217)	(544 097)
Imparidade de dívidas a receber		(15 051)	
Outros gastos e perdas	22	(38 295)	(7 756)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3 440 353</b>	<b>1 925 893</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(528 382)	(1 219 726)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 911 972</b>	<b>706 167</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	23	115 564	1 537
Juros e gastos similares suportados	24	(191 531)	(206 080)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 836 005</b>	<b>501 624</b>
Imposto sobre o rendimento do período	9	(624)	(2 025)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2 835 381</b>	<b>499 600</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## Demonstração das alterações no Capital Próprio de 1 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015

Unidade: **Euros**

		Notas	Capital realizado	Subsídios ao Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição em 01-01-2014</b>	<b>1</b>		<b>30 000</b>	<b>523 088</b>	<b>(5 412 129)</b>	<b>236 103</b>	<b>(4 622 938)</b>
<b>Alterações no Período:</b>							
Aplicação dos resultados					236 103	(236 103)	0
Variação subsídios ao investimento				(438 122)			(438 122)
	<b>2</b>		<b>0</b>	<b>(438 122)</b>	<b>236 103</b>	<b>(236 103)</b>	<b>(438 122)</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>3</b>					<b>499 600</b>	<b>499 600</b>
<b>Resultado Integral</b>	<b>4 = 2 + 3</b>						<b>61 478</b>
<b>Capital próprio em 31-12-2014</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>30 000</b>	<b>84 967</b>	<b>(5 176 026)</b>	<b>499 600</b>	<b>(4 561 460)</b>
<b>Alterações no Período:</b>							
Aplicação dos resultados					499 600	(499 600)	0
Variação subsídios ao investimento				(48 772)			(48 772)
	<b>7</b>		<b>0</b>	<b>(48 772)</b>	<b>499 600</b>	<b>(499 600)</b>	<b>(48 772)</b>
<b>Resultado Líquido do Período - 2015</b>	<b>8</b>					<b>2 835 381</b>	<b>2 835 381</b>
<b>Resultado Integral - 2015</b>	<b>9 = 7 + 8</b>						<b>2 786 608</b>
<b>Capital próprio em 31-12-2015</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>30 000</b>	<b>36 194</b>	<b>(4 676 427)</b>	<b>2 835 381</b>	<b>(1 774 852)</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos de 2015 e 2014

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		6 865 531	6 130 299
Pagamentos a fornecedores		(3 413 266)	(4 385 806)
Pagamentos ao pessoal		(569 888)	(551 744)
	Caixa gerada pelas operações	2 882 378	1 192 749
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(532)	(1 230)
Outros recebimentos/pagamentos		1 405 540	(386 398)
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	<b>4 287 386</b>	<b>805 121</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>			
Ativos fixos tangíveis		(204 922)	(241 640)
Ativos intangíveis		0	(5 995)
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	<b>(204 921)</b>	<b>(247 634)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outras operações de financiamento		0	1 537
Recebimentos a transferir para os operadores		86 325 968	87 670 378
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>			
Financiamentos obtidos		(627 814)	(618 350)
Pagamentos efetuados aos operadores		(87 270 809)	(89 450 541)
Juros e gastos similares		(12 203)	(23 211)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0	0
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	<b>(1 584 857)</b>	<b>(2 420 187)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>2 497 608</b>	<b>(1 862 700)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<b>4 174 649</b>	<b>6 037 349</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>6 672 256</b>	<b>4 174 649</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2015

*(valores expressos em euros)*

### 1. INTRODUÇÃO

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., com sede na Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862 – 9º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de dezembro de 2002, consistindo a sua atividade principal na implementação e gestão de um sistema de bilhética de transporte intermodal na área metropolitana do Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 21 de março de 2016. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2015, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

#### 2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados a um custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo pode ser o custo estimado à data de transição para NCRF ou o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	<b>N.º de anos</b>
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	8

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### 3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea anterior, relativa aos ativos fixos tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são de 33,33% para a sua totalidade.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e amortização”.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

### **3.3. Inventários**

As mercadorias correspondem na sua totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

### **3.4. Imposto sobre o rendimento**

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do período, apurados nos termos do referido Código, imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do A.C.E.

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao período de 2015, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

### **3.5. Clientes e Outras contas a receber**

As rubricas de “Clientes e Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### **3.6. Subsídios e apoios do Governo**

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

### **3.7. Locações**

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

### **3.8. Gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

### **3.9. Gastos com pessoal**

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor os colaboradores adquirem o direito a férias e o subsídio de férias no final do período em que o serviço é prestado. Assim, foi

reconhecido nos resultados do período um acréscimo do montante que será pago no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

### 3.10. Rédito

#### a) Venda de bens

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

#### b) Serviços prestados

Os rendimentos gerados pela Comissão de Validação são registados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

Os proveitos gerados pela Comissão de Rede de Vendas são registados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

### 3.11. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

#### Estimativas contabilísticas relevantes

##### 3.11.1 Provisões

O ACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### **3.11.2 Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### **3.11.3 Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Agrupamento opera.

## **3.12. Alterações das políticas contabilísticas**

### **3.12.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas**

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

### Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Depósitos bancários	6.210.441	3.714.863
Caixa	461.815	459.786
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.672.256</b>	<b>4.174.649</b>

## 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como se segue:

### Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2014

	<b>Edifícios e outras construções</b>	<b>Equipamento básico</b>	<b>Equipamento Administrativo</b>	<b>Total</b>
<b>1 de Janeiro de 2014</b>				
Custo de Aquisição	6.645	11.362.471	363.145	11.732.260
Depreciações acumuladas	(6.106)	(8.993.270)	(325.231)	(9.324.606)
<b>Valor líquido</b>	<b>539</b>	<b>2.369.200</b>	<b>37.914</b>	<b>2.407.654</b>
<b>Varição do período</b>				
Adições	0	160.676	34.073	194.748
Abates	0	0	0	0
Depreciação – exercício	(539)	(1.180.149)	(28.768)	(1.209.456)
Depreciação - abates	0	0	0	0
<b>Valor líquido</b>	<b>(539)</b>	<b>(1.019.473)</b>	<b>5.304</b>	<b>(1.014.708)</b>
<b>31 de Dezembro de 2014</b>				
Custo de Aquisição	6.645	11.523.146	397.218	11.927.008
Depreciações acumuladas	(6.645)	(10.173.419)	(353.998)	(10.534.062)
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>1.349.727</b>	<b>43.219</b>	<b>1.392.946</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como se segue:

### Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2015

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
<b>1 de Janeiro de 2015</b>				
Custo de Aquisição	6.645	11.523.146	397.218	11.927.008
Depreciações acumuladas	(6.645)	(10.173.419)	(353.998)	(10.534.062)
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>1.349.727</b>	<b>43.219</b>	<b>1.392.946</b>
<b>Variação do período</b>				
Adições	0	513.717	84.788	598.506
Abates	0	0	0	0
Regularização – exercício	0	(1.510)	1.510	0
Depreciação - exercício	0	(481.732)	(37.712)	(519.445)
Depreciação - abates	0	0	0	0
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>30.474</b>	<b>48.587</b>	<b>79.061</b>
<b>31 de Dezembro de 2015</b>				
Custo de Aquisição	6.645	12.036.863	482.006	12.525.514
Depreciações acumuladas	(6.645)	(10.656.661)	(390.200)	(11.053.506)
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>1.380.202</b>	<b>91.806</b>	<b>1.472.007</b>

No período findo em 31 de dezembro de 2015 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é o seguinte:

	2015	2014
Valor bruto	4.409.505	4.409.505
Depreciações acumuladas	(4.329.070)	(4.229.656)
	<b>80.436</b>	<b>179.849</b>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como se segue:

### Movimentos nos ativos intangíveis – 2014

	<b>Outros ativos Intangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>1 de Janeiro de 2014</b>		
Custo de Aquisição	53.802	53.802
Amortizações acumuladas	(34.288)	(34.288)
<b>Valor líquido</b>	<b>19.515</b>	<b>19.515</b>
<b>Varição do período</b>		
Adições	5.995	5.995
Amortizações – exercício	(10.271)	(10.271)
<b>Valor líquido</b>	<b>15.239</b>	<b>15.239</b>
<b>31 de Dezembro de 2014</b>		
Custo de Aquisição	59.797	59.797
Amortizações acumuladas	(44.558)	(44.558)
<b>Valor líquido</b>	<b>15.239</b>	<b>15.239</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como se segue:

### Movimentos nos ativos intangíveis – 2015

	<b>Outros ativos Intangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>1 de Janeiro de 2015</b>		
Custo de Aquisição	59.797	59.797
Amortizações acumuladas	(44.558)	(44.558)
<b>Valor líquido</b>	<b>15.239</b>	<b>15.239</b>
<b>Varição do período</b>		
Adições	0	0
Amortizações – exercício	(8.937)	(8.937)
<b>Valor líquido</b>	<b>6.302</b>	<b>6.302</b>
<b>31 de Dezembro de 2015</b>		
Custo de Aquisição	59.797	59.797
Amortizações acumuladas	(53.495)	(53.495)
<b>Valor líquido</b>	<b>6.302</b>	<b>6.302</b>

## 7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas no final do período ascende ao montante de 246.881 euros (352.720 euros em 2014) e encontram-se em poder do TIP e de terceiros.

## 8. CLIENTES

No período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica de clientes (saldos correntes), representa-se como se segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Clientes – Entidades públicas	256.944	670.765
Clientes – Entidades não públicas	421.475	727.975
Clientes em mora há mais de 24 meses	15.051	0
Clientes - Perdas por imparidade	-15.051	0
<b>Total Clientes</b>	<b>678.418</b>	<b>1.398.740</b>

Nessas datas os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	146.601	241.512
Metro do Porto, S.A.	106.063	268.133
Prometro, S.A.	82.104	157.999
PSP - Direcção Nacional	78.258	70.727
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	53.864	384.732
Direcção Geral da Adm.da Justiça	30.783	128.751
Assoc.de Turismo do Porto	25.500	0
C.M. DO PORTO	24.145	12.714
Resende Actividade Turística, SA	16.864	18.358
Outras dívidas de clientes	114.236	115.813
<b>Total Clientes</b>	<b>678.418</b>	<b>1.398.740</b>

Durante o exercício de 2015 os movimentos de perdas por imparidade de clientes são analisados como se segue:

	<b>Saldo 1 Janeiro</b>	<b>Dotação do exercício</b>	<b>Reversões</b>	<b>Utilizações</b>	<b>Saldo 31 Dezembro</b>
<b>Clientes com créditos em mora há mais de 24 meses:</b>					
Setor empresarial e particulares	0	693	0	0	693
Setor público	0	14.359	0	0	14.359
<b>Total de imparidades de clientes</b>	<b>0</b>	<b>15.051</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15.051</b>

## 9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava-se como se segue:

	<b>2015</b>		<b>2014</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
IVA– A recuperar	311.973		278.135	
IRS – Retenções na fonte (a terceiros)		2.386		1.375
IRC – Retenções na fonte a receber	4.883		4.983	
IRC – Retenções na fonte (por terceiros)	4		384	
IRC – Tributações autónomas		624		2.025
	<b>316.860</b>	<b>3.010</b>	<b>283.502</b>	<b>3.399</b>

## 10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos mais significativos da rubrica “Outras contas a receber” apresenta-se como se segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Acréc. rendimento-Vandalismo a cargo do operador	254.650	249.183
Operadores conta corrente	414.702	398.551
Operadores receita distribuída	61.501	61.501
Acréc. rendimento-Comissões Ativ. Intermodal	18.199	18.053
Acréc. rendimento-Comissões Monomodais	17.828	11.200
Outros acrésc. rendimentos	401.458	318.119
<b>Total de contas a receber de clientes</b>	<b>1.168.338</b>	<b>1.056.606</b>

## 11. DIFERIMENTOS

O saldo da rubrica «Diferimentos (Ativo)» em 31 de dezembro de 2015 refere-se exclusivamente a “Outros gastos a reconhecer” no montante de 25.441 euros (32.465 euros em 2014).

## 12. CAPITAL

### Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

### Resultados Transitados

A rubrica “Resultados Transitados” contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Agrupados. A importância acumulada nesta rubrica é, em 31 de dezembro de 2015, de -4.676.427 Euros (-5.176.026 Euros em 2014).

### Subsídios ao investimento

A rubrica “Subsídios ao investimento” é composta por fundos comunitários com origem no FEDER.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	<b>Montante</b>
<b>1 de Janeiro de 2014</b>	<b>523.088</b>
Regularizações por resultados	-438.122
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	<b>84.967</b>
Regularizações por resultados	-48.772
<b>31 de Dezembro de 2015</b>	<b>36.194</b>

### Resultado Líquido do Período

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na rubrica “Resultado líquido do período” foram os seguintes:

	<b>Montante</b>
<b>1 de Janeiro de 2014</b>	<b>236.103</b>
Aplicação dos resultados	-236.103
Resultado do período	499.600
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	<b>499.600</b>
Aplicação dos resultados	-499.600
Resultado do período	2.835.381
<b>31 de Dezembro de 2015</b>	<b>2.835.381</b>

### 13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Metro do Porto, S.A.	1.073.006	528.110
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	288.364	570.728
NOVABASE BUSINESS SOLUTIONS, SA	203.719	103.810
Egor Outsourcing Pr.S.O.Ad.Pessoal	119.191	0
PROSEGUR-Comp. de Segurança, Lda	84.703	80.738
CARD4B - SYSTEMS, S.A.	41.743	42.395
ASK, S.A.	41.291	17.787
Outras dívidas a fornecedores	92.493	293.946
	<b>1.944.511</b>	<b>1.637.515</b>

### 14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar (Saldo corrente) é o seguinte:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Metro do Porto, S.A.	3.408.807	3.428.177
Receita a repartir	2.476.748	3.369.392
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	2.106.067	2.389.894
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	455.798	284.051
Resende Actividade Turística, SA	372.444	333.210
Empresa de Transp. Gondomarensense	343.051	290.724
J.Espirito Santo & Irmãos, Lda	141.330	118.643
Valpi-Alberto Pinto & Filhos,	128.029	135.893
Outras contas a pagar	150.299	205.615
<b>Total de outras contas a pagar (saldo corrente)</b>	<b>9.582.572</b>	<b>10.555.599</b>

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Outros credores</b>		
Credores diversos i)	7.034.387	7.117.640
Receita a repartir ii)	2.476.748	3.369.392
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Remunerações	69.885	68.567
Outros	1.552	0
	<b>9.582.572</b>	<b>10.555.599</b>

i) A rubrica “Credores diversos” refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.

ii) O procedimento de repartição da receita da venda de títulos intermodais Andante pelos operadores aderentes, que prestam o serviço de transporte aos clientes, ocorre no momento de utilização da viagem adquirida. Essa repartição é processada por uma aplicação informática, denominada de MRRA – Modelo de Repartição Receita Andante, que foi certificada pela empresa Critical em 2007 e 2015. O facto da aquisição da viagem, por parte do cliente, ocorrer em momento anterior ao da sua utilização determina uma diferença temporal entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

Em 31 de dezembro de 2014 o montante da receita a repartir contabilizado era de 3.369.392. Foram, no entanto, identificados durante 2015, quatro conjuntos de fluxos que compõem o referido saldo – receita a não repartir, receita a desreconhecer, regularizações e receita efetivamente a repartir (comparável com a receita a repartir contabilizada em 31 de dezembro de 2015):

	<b>2014</b>
<b>Saldo contabilístico de 2014</b>	<b>3.369.392</b>
Correções efetuadas durante 2015:	
Receita a não repartir	-881.904
Receita a desreconhecer	-454.144
Regularizações	291.356
<b>Saldo contabilístico corrigido de 2014</b>	<b>2.324.699</b>

- A rubrica “Receita a não repartir” diz respeito à receita arrecadada e registada na contabilidade, sem expectativa de repartição pelos operadores por impossibilidade técnica do algoritmo em vigor. Este valor é explicado pela diferença entre a receita repartida e a faturação de títulos Andante Pro e Euro 2004 (títulos entretanto expirados e não utilizados). Objeto de desreconhecimento no balanço.
- A rubrica “Receita a desreconhecer” diz respeito aos talões “Vale Numerário” expirados (data de emissão anterior à data do balanço – 31/12/n - superior a 2 anos). Objeto de desreconhecimento no balanço.
- A rubrica “Regularizações” corresponde, essencialmente, a correções efetuadas durante o exercício 2015 aos registos contabilísticos e compreendem designadamente:

- regularização da duplicação de faturação SIBS/Millennium BCP relacionada com o serviço de carregamento de títulos de transporte na rede de caixas multibanco (183.560 euros);
- regularização da receita intermodal registada inicialmente como monomodal STCP (- 406.920 euros).

A rubrica “Receita a repartir” corresponde, essencialmente, à diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante com depósito efetuado em contas do TIP passível de repartição, de acordo com o algoritmo em vigor, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante. Para o apuramento do referido valor foram tidos em conta os seguintes movimentos, conforme apresentado no quadro infra:

- Receita Intermodal - diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante, com e sem depósito efetuado em contas da empresa, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante;
- Receita em trânsito - valores da receita da venda de títulos intermodais Andante por depositar em contas da empresa (maioritariamente valores ainda não depositados relativamente à rede de vendas Payshop, Lojas Andante e MVA);
- Abastecimento das MVA (Máquinas de Venda Automática) - diferencial entre os valores contabilizados e os valores apurados relativamente ao abastecimento de trocos nas MVA (valor a ser entregue pela Prossegur).

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Receita intermodal	4.012.517	3.838.222
Receita em trânsito	-1.787.128	-1.769.076
MVA	-533.949	-526.261
Lojas Andante e Payshop	-1.253.179	-1.242.640
Outros	0	-175
Abastecimento das MVA	251.359	255.552
<b>Total</b>	<b>2.476.748</b>	<b>2.324.699</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a receita intermodal apresenta a seguinte decomposição:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Assinaturas de Janeiro do ano seguinte	1.772.793	1.779.322
Títulos Ocasionais não validados	1.783.777	1.614.028
Talões "Vale Numerário" não reclamados	178.298	180.626
Outros (por caracterizar)	277.648	264.247
<b>Receita Intermodal</b>	<b>4.012.517</b>	<b>3.838.222</b>

A rubrica "Outros (por caracterizar)" resulta diretamente da análise efetuada, com referencia a 31 de dezembro de 2015, à receita intermodal arrecadada e por repartir. Foi obtida da diferença entre o total da receita arrecadada pelo TIP em 2015 (4,013 milhões de euros) e as correspondes responsabilidades (3,735 milhões de euros).

A impossibilidade de caracterização de 277.648 euros (264.247 euros em 2014) poderá resultar do efeito combinado da existência de títulos validados com um tarifário em vigor diferente do tarifário em vigor na data de aquisição do título (a receita arrecadada corresponde ao tarifário em vigor à data da aquisição e a receita repartida/responsabilidade resulta do tarifário em vigor na data da validação do título) e de registos com anomalias na base de dados de bilhética.

## 15. FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
NOVABASE BUSINESS SOLUTIONS, SA	372.697	0
ALTRONIX - SISTEMAS ELECTRÓNICOS UN	38.182	39.822
ITEN SOLUTIONS - SISTEMAS DE INFORM	18.632	3.570
Atm-Sistemas de Informação	11.142	0
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	4.837	10.185
Outros	7.775	6.104
<b>Total de fornecedores de investimentos</b>	<b>453.265</b>	<b>59.681</b>

## 16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo e natureza, são os seguintes:

	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Locação Financeira	377.998	0	377.998	627.779	378.032	1.005.811
<b>Total</b>	<b>377.998</b>	<b>0</b>	<b>377.998</b>	<b>627.779</b>	<b>378.032</b>	<b>1.005.811</b>

O financiamento está negociado em euros e vence juros a taxa variável.

Os bens utilizados pelo ACE em regime de locação financeira são equipamentos de bilhética, os quais se encontram registados no ativo pelo valor bruto de 4.409.505 euros. No final do período o montante em dívida associado a este contrato era de 377.998 euros (1.005.811 euros em 2014).

## 17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como se segue:

	2015	2014
Prestação de serviços – Âmbito intermodal	4.473.997	4.583.412
Vendas mercadorias – Títulos	1.548.960	1.162.369
Prestação de serviços – Âmbito monomodal	122.253	138.149
<b>Total de vendas e serviços prestados</b>	<b>6.145.210</b>	<b>5.883.930</b>

## 18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2015	2014
Corr. relativas a períodos anteriores		1.363.297	0
Desreconhecimento Andante Pro		134.303	0
Desreconhecimento Vale Numerário		102.790	0
Imputação de subsídios ao investimento	12	48.772	438.122
Outros		2.942	4.160
<b>Total de outros rendimentos e ganhos</b>		<b>1.652.105</b>	<b>442.282</b>

## 19. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Existências iniciais	352.720	289.646
Compras	287.475	421.413
Existências finais	-246.881	-352.720
Regulariz Existências	0	1.074
<b>Gasto do período</b>	<b>393.314</b>	<b>359.412</b>

## 20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Subcontratos	1.947.011	1.899.383
Serviços especializados	1.092.581	1.287.810
Serviços diversos	239.424	262.713
Materiais	42.774	30.639
Outros	16.293	8.509
<b>Total de fornecimentos e serviços externos</b>	<b>3.338.084</b>	<b>3.489.054</b>

A rubrica “Subcontratos” refere-se fundamentalmente a encargos com a rede de vendas Andante designadamente:

- Comissões de processamento de pagamentos: 736.240 euros (716.970 euros em 2014)
- Transporte e tratamento de valores: 550.051 euros (545.355 euros em 2014);
- Recursos humanos: 562.040 euros (526.714 euros em 2014).

A rubrica “Serviços especializados” corresponde, essencialmente, a encargos com conservação e reparação de equipamentos de bilhética, 806.930 euros (1.024.932 euros em 2014) e trabalhos especializados de diversas entidades, 265.594 euros (259.872 euros em 2014).

## 21. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2015 e 2014, foram como se segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Remunerações		
Órgãos sociais	41.212	41.212
Pessoal	417.705	396.511
	<b>458.917</b>	<b>437.723</b>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	104.744	99.442
Custos de ação social	2.079	207
Outros	6.476	6.726
	<b>113.300</b>	<b>106.374</b>
<b>Total de gastos com o pessoal</b>	<b>572.217</b>	<b>544.097</b>

O número médio de colaboradores do ACE em 2015 foi de 12 (12 em 2014), conforme se segue:

- Pertencentes ao quadro de pessoal da Metro do Porto . . . . . 7 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da STCP . . . . . 3 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da CP . . . . . 2 pessoas

## 22. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos “Outros gastos e perdas” dos períodos de 2015 e 2014 é como se segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Impostos e taxas	33.412	258
Multas e penalidades	4.883	7.498
Outros	0	0
<b>Total de outros gastos e perdas</b>	<b>38.295</b>	<b>7.756</b>

## 23. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O saldo da rubrica «Juros e gastos similares obtidos» em 31 de dezembro de 2015 refere-se exclusivamente a regularização de encargos bancários de exercícios anteriores no montante de 115.564 euros (1.537 euros em 2014).

## 24. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos períodos de 2015 e 2014 é como se segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Gastos com serviços bancários	177.880	182.965
Juros de financiamentos obtidos	12.106	23.115
Outros	1.545	0
<b>Total de juros e gastos similares suportados</b>	<b>191.531</b>	<b>206.080</b>

## 25. IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER

A quantia reconhecida na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” refere-se exclusivamente a clientes em mora há mais de 24 meses (conforme explicitado na nota 8) e apresenta no final de 2015 o montante de 15.051 euros (valor nulo em 2014).

## 26. PARTES RELACIONADAS

### Transações entre partes relacionadas

#### Empresas agrupadas:

CP Comboios de Portugal E.P.E.

Metro do Porto, S. A.

STCP-Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A.

#### Transações e saldos pendentes

Durante o período, o A.C.E. efetuou as seguintes transações com entidades agrupadas:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Prestação de Serviços</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	727.331	721.360
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	1.845.728	1.872.244
Metro do Porto, S. A.	1.863.424	1.917.604
	<b>4.436.483</b>	<b>4.511.208</b>
<b>Aquisição de Serviços (incl receita)</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	4.467.331	3.819.610
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	32.358.573	36.774.175
Metro do Porto, S. A.	38.629.224	37.309.221
	<b>75.455.129</b>	<b>77.903.006</b>

Os saldos finais de 2015 e os respetivos valores comparativos de 2014 das rubricas “Prestação de Serviços - CP” e “Prestação de Serviços - STCP” refletem o critério anteriormente adotado designadamente, de não considerar nas referidas rubricas a receita intermodal recebida pela CP e pela STCP nos postos de venda onde, simultaneamente, atuam como revendedores.

No final do período de 2015 e 2014, os saldos resultantes de transações efetuadas com entidades agrupadas são como se segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Saldos devedores</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	468.566	783.283
Metro do Porto, S. A.	106.063	268.133
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	538.928	847.825
	<b>1.113.556</b>	<b>1.899.242</b>
<b>Saldos credores</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	489.346	324.214
Metro do Porto, S. A.	4.481.813	3.956.287
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	2.790.088	3.577.119
	<b>7.761.247</b>	<b>7.857.620</b>

## 27. OUTRAS INFORMAÇÕES

### Dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social

Não existem.

### Remuneração do Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o período de 2015, de 5.000 euros, com uma redução remuneratória no valor de 400 euros, (5.000 euros, com uma redução remuneratória no valor de 417 euros em 2014).

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nada a referir.

## ANEXOS



## Informação Estatística Relevante

<b>Quantidade Vendida Cartões c/ utilização intermodal</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Δ 14/15</b>
Andante Gold TIP	63 689	61 663	61 430	-0,38%
Andante Gold 4_18	6 688	6 805	7 080	4,04%
Andante Gold Sub23	4 744	6 218	6 326	1,74%
Person. Func./Familiar STCP	119	87	205	135,63%
Personalização STCP	1 187	2 392	2 665	11,41%
<b>Total PVC</b>	<b>76 427</b>	<b>77 165</b>	<b>77 706</b>	<b>0,70%</b>
Cartão Andante CTS TIP	1 528 155	1 636 155	1 825 855	11,59%
<b>TOTAL</b>	<b>1 604 582</b>	<b>1 713 320</b>	<b>1 903 561</b>	<b>11,10%</b>

### Carregamentos por tipo de título \*

<b>Título de Transporte</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Δ 14/15</b>
Títulos de Viagem	26 584 134	26 254 762	26 449 098	0,74%
Andante 24	74 541	85 847	112 228	30,73%
Andante Tour 1	44 002	40 876	43 948	7,52%
Andante Tour 3	26 795	30 870	39 341	27,44%
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>26 729 472</b>	<b>26 412 355</b>	<b>26 644 615</b>	<b>0,88%</b>
Assinatura Normal	666 510	651 285	653 691	0,37%
Assinatura 4_18 (A)	60 355	67 064	70 866	5,67%
Assinatura 4_18 (B)	28 858	23 767	22 615	-4,85%
Assinatura 4_18 (F)	3 624	1 142	414	-63,75%
Assinatura Júnior	10 255	9 898	9 838	-0,61%
Assinatura Estudante	307 621	308 076	300 517	-2,45%
Assinatura 3ª Idade	243 337	246 537	249 205	1,08%
Assinatura Ref. / Pens.	3 117	1 826	1 057	-42,11%
Assinatura Sub23 (A)	63 742	77 621	88 742	14,33%
Assinatura Sub23 (F)	2 333	563	196	-65,19%
Social +	200 767	223 371	235 544	5,45%
Social + (A)	30 503	38 842	43 320	11,53%
Social + (D)	4 968	5 172	5 217	0,87%
Social + (R)	10 115	3 764	1 604	-57,39%
Assinatura P&R	984	918	999	8,82%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>1 637 089</b>	<b>1 659 846</b>	<b>1 683 825</b>	<b>1,44%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28 366 561</b>	<b>28 072 201</b>	<b>28 328 440</b>	<b>0,91%</b>

\* Dados referentes a carregamentos efetuados no ano civil (1 Jan a 31 Dez)

**Receita da venda de suportes para utilização intermodal (por ano de cobrança)**

	2013	2014	2015	Δ 14/15
Andante Gold TIP	309 467,10 €	306 755,00 €	366 809,00 €	19,58%
Andante Gold 4_18	14 692,50 €	15 567,50 €	19 403,50 €	24,64%
Andante Gold Sub23	7 702,50 €	10 442,50 €	13 053,00 €	25,00%
Personalização STCP	5 745,00 €	11 930,00 €	13 270,00 €	11,23%
<b>Total PVC</b>	<b>337 607,10 €</b>	<b>344 695,00 €</b>	<b>412 535,50 €</b>	<b>19,68%</b>
Cartão Andante CTS TIP	763 169,30 €	817 857,45 €	1 095 197,15 €	33,91%
<b>TOTAL</b>	<b>1 100 776,40 €</b>	<b>1 162 552,45 €</b>	<b>1 507 732,65 €</b>	<b>29,69%</b>

**Receita de carregamentos por tipo de título \***

Título de Transporte	2013	2014	2015	Δ 14/15
Títulos de Viagem	34 562 744,65 €	34 607 095,85 €	35 002 620,40 €	1,14%
Andante 24	348 597,70 €	408 668,40 €	548 494,65 €	34,22%
Andante Tour 1	307 770,85 €	286 120,35 €	307 587,00 €	7,50%
Andante Tour 3	401 694,50 €	463 050,00 €	590 115,00 €	27,44%
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>35 620 807,70 €</b>	<b>35 764 934,60 €</b>	<b>36 448 817,05 €</b>	<b>1,91%</b>
Assinatura Normal	23 762 390,40 €	23 418 486,71 €	23 570 392,80 €	0,65%
Assinatura 4_18 (A)	809 600,15 €	925 217,20 €	988 221,15 €	6,81%
Assinatura 4_18 (B)	721 939,20 €	607 624,15 €	581 504,15 €	-4,30%
Assinatura 4_18 (F)	94 440,00 €	29 983,70 €	10 897,10 €	-63,66%
Assinatura Júnior	250 463,65 €	243 829,15 €	241 438,55 €	-0,98%
Assinatura Estudante	8 518 103,44 €	8 671 888,05 €	8 507 646,55 €	-1,89%
Assinatura 3ª Idade	6 441 547,45 €	6 597 116,70 €	6 671 713,05 €	1,13%
Assinatura Ref. / Pens.	82 900,25 €	48 284,95 €	27 840,55 €	-42,34%
Assinatura Sub23 (A)	1 046 397,90 €	1 294 724,90 €	1 485 574,75 €	14,74%
Assinatura Sub23 (F)	83 099,50 €	21 723,30 €	7 759,25 €	-64,28%
Social +	5 617 692,30 €	6 297 324,35 €	6 651 145,70 €	5,62%
Social + (A)	571 515,25 €	732 775,85 €	819 268,90 €	11,80%
Social + (D)	136 686,60 €	141 471,40 €	142 647,20 €	0,83%
Social + (R)	272 846,45 €	102 671,90 €	44 351,65 €	-56,80%
Assinatura P&R	16 507,00 €	15 606,00 €	16 983,00 €	8,82%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>48 426 129,54 €</b>	<b>49 148 728,31 €</b>	<b>49 767 384,35 €</b>	<b>1,26%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>84 046 937,24 €</b>	<b>84 913 662,91 €</b>	<b>86 216 201,40 €</b>	<b>1,53%</b>

\* Dados referentes à receita correspondente à quantidade carregada no ano civil (1 Jan a 31 Dez), independentemente do período de validade do título

### Receita da venda de suportes e de carregamentos por canal

	2013	2014	2015	Δ 14/15
MVAs rede MP	31 987 454,00 €	31 398 477,61 €	31 869 364,15 €	1,50%
PayShop	34 256 857,15 €	34 636 444,30 €	35 044 265,00 €	1,18%
Lojas Andante	9 529 657,50 €	10 262 831,30 €	10 490 966,05 €	2,22%
CP Porto	3 267 972,15 €	3 116 922,60 €	3 042 517,85 €	-2,39%
MVAs rede CP	2 163 902,05 €	2 298 265,70 €	2 370 157,45 €	3,13%
STCP	1 323 994,39 €	880 361,15 €	424 715,60 €	-51,76%
SIBS	1 830 530,10 €	2 673 823,40 €	3 571 697,60 €	33,58%
Privados	229 759,50 €	230 826,95 €	232 337,75 €	0,65%
Revendedores	557 586,80 €	578 262,35 €	677 912,60 €	17,23%
<b>TOTAL</b>	<b>85 147 713,64 €</b>	<b>86 076 215,36 €</b>	<b>87 723 934,05 €</b>	<b>1,91%</b>

### Validações por tipo de título

Título de Transporte	2013	2014	2015	Δ 14/15
Títulos de Viagem	34 668 761	34 583 418	34 393 178	-0,55%
Andante 24	340 960	359 336	429 286	19,47%
Andante Tour 1	241 447	227 656	222 519	-2,26%
Andante Tour 3	310 141	328 430	402 702	22,61%
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>35 561 309</b>	<b>35 498 840</b>	<b>35 447 685</b>	<b>-0,14%</b>
Assinatura Normal	41 651 398	40 556 184	39 993 908	-1,39%
Assinatura 4_18 (A)	3 194 974	3 511 214	3 655 149	4,10%
Assinatura 4_18 (B)	1 572 661	1 282 293	1 178 810	-8,07%
Assinatura 4_18 (F)	202 712	62 404	22 574	-63,83%
Assinatura Júnior	399 141	387 254	380 919	-1,64%
Assinatura Estudante	16 108 384	15 900 542	15 042 599	-5,40%
Assinatura 3ª Idade	14 906 120	15 382 602	15 554 853	1,12%
Assinatura Ref. / Pens.	263 901	152 228	90 797	-40,35%
Assinatura Sub23 (A)	3 147 377	3 777 272	4 225 619	11,87%
Assinatura Sub23 (F)	123 658	31 801	9 925	-68,79%
Social +	15 338 689	17 196 955	17 988 566	4,60%
Social + (A)	2 566 050	3 278 643	3 595 220	9,66%
Social + (D)	394 626	413 076	405 415	-1,85%
Social + (R)	889 306	364 880	158 832	-56,47%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>100 758 997</b>	<b>102 297 348</b>	<b>102 303 186</b>	<b>0,01%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>136 320 306</b>	<b>137 796 188</b>	<b>137 750 871</b>	<b>-0,03%</b>

### Rácio Receita Total por Validação (RTV) com receita de cartões por tipo de título

Título de Transporte	2013	2014	2015
Total Títulos Ocasionais	1,02 €	1,03 €	1,06 €
Total Títulos Assinatura	0,48 €	0,48 €	0,49 €

**Rácio Receita Total por Validação (RTV) sem receita de suportes por tipo de título**

<b>Título de Transporte</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Títulos de Viagem	1,00 €	1,00 €	1,02 €
Andante 24	1,02 €	1,14 €	1,28 €
Andante Tour 1	1,27 €	1,26 €	1,38 €
Andante Tour 3	1,30 €	1,41 €	1,47 €
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>1,00 €</b>	<b>1,01 €</b>	<b>1,03 €</b>
Assinatura Normal	0,57 €	0,58 €	0,59 €
Assinatura 4_18 (A)	0,25 €	0,26 €	0,27 €
Assinatura 4_18 (B)	0,46 €	0,47 €	0,49 €
Assinatura 4_18 (F)	0,47 €	0,48 €	0,48 €
Assinatura Júnior	0,63 €	0,63 €	0,63 €
Assinatura Estudante	0,53 €	0,55 €	0,57 €
Assinatura 3ª Idade	0,43 €	0,43 €	0,43 €
Assinatura Ref. / Pens.	0,31 €	0,32 €	0,31 €
Assinatura Sub23 (A)	0,33 €	0,34 €	0,35 €
Assinatura Sub23 (F)	0,67 €	0,68 €	0,78 €
Social +	0,37 €	0,37 €	0,37 €
Social + (A)	0,22 €	0,22 €	0,23 €
Social + (D)	0,35 €	0,34 €	0,35 €
Social + (R)	0,31 €	0,28 €	0,28 €
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>0,48 €</b>	<b>0,48 €</b>	<b>0,49 €</b>

### Rácio Validações por nº cartões utilizados (VA)

Título de Transporte	2013	2014	2015
Títulos de Viagem	1,30	1,32	1,30
Andante 24	4,57	4,19	3,83
Andante Tour 1	5,49	5,57	5,06
Andante Tour 3	11,57	10,64	10,24
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>1,33</b>	<b>1,34</b>	<b>1,33</b>
Assinatura Normal	62,40	62,18	61,09
Assinatura 4_18 (A)	52,94	52,36	51,58
Assinatura 4_18 (B)	54,50	53,95	52,13
Assinatura 4_18 (F)	55,94	54,64	54,53
Assinatura Júnior	38,92	39,12	38,72
Assinatura Estudante	52,36	51,61	50,06
Assinatura 3ª Idade	61,26	62,39	62,42
Assinatura Ref. / Pens.	84,67	83,37	85,90
Assinatura Sub23 (A)	49,38	48,66	47,62
Assinatura Sub23 (F)	53,00	56,48	50,64
Social +	76,40	76,99	76,37
Social + (A)	84,12	84,41	82,99
Social + (D)	79,43	79,87	77,71
Social + (R)	87,92	96,94	99,02
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>61,55</b>	<b>61,63</b>	<b>60,76</b>

## *Curricula Vitae* dos Membros do Conselho de Administração

**Presidente** (14 setembro 2015 a 08 fevereiro 2016): **Eng. Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró**

### **Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (1978)
- Mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (parte escolar), pelo Instituto Superior Técnico (1985)

### **Atividade Profissional:**

Desde fevereiro de 2013:

- Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE

Desde julho de 2015:

- Presidente do Conselho de Administração da EMEF – Empresa de Manutenção e Equipamento Ferroviário, SA
- Gerente da Nomad Tech, Lda

Desde março de 2013 a 22 de julho de 2015:

- Presidente do Conselho de Administração da CP Carga-Logística e Transportes de Mercadorias, SA

Entre 1980 e 2013:

- Assistente, Professor Auxiliar na Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, no Laboratório de Urbanismo, Ordenamento do Território e Transportes.

Entre 2006 e 2013:

- Sócio Gerente da Conprojur, Consultadoria e Projetos Urbanos, Lda., Coimbra, empresa de Coordenação de Projetos.

Entre 2002 e 2005:

- Administrador na empresa Soturis – Sociedade Imobiliária e Turística, SA.

Entre 1983 e 2002:

- Deputado à Assembleia da República de 1983 a 1987, de 1991 a 1995 e de 1999 a 2002, tendo exercido funções junto da Comissão Parlamentar de Obras Públicas,

Ambiente e Poder Local, da Comissão Parlamentar de Educação e da Comissão Parlamentar de Integração Europeia, bem como contribuído no âmbito da definição de opções a respeito do Plano Rodoviário Nacional, Rede Ferroviária, Infraestruturas Portuárias e Aeroportuárias, Metro do Porto, TGV, Solução final na questão da Coíncineração e Política de Resíduos Perigosos, Rede regional e local de Gás natural, Política nacional de produção de energia.

Entre 1989 e 1993:

- Consultor e Projetista - Participação na elaboração de Planos Diretores Municipais (Oliveira do Hospital, Anadia, Montemor, Viseu e Figueira da Foz), através do IERU – Instituto de Estudos Regionais e Urbanos (Universidade de Coimbra).

Entre 1978 e 1980:

- Subtenente da Armada.

**Presidente [até 13 de agosto 2015]: Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias**

#### **Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa (1985-1990)
- Mestrado em Economia e Política da Energia e do Ambiente (ISEG) (1995)
- Pós-graduação em Altos Estudos de Transportes pelo Instituto Superior de Transportes (ISTP) (1999-2000)

#### **Atividade Profissional:**

Desde julho 2015

- Vogal do Conselho de Administração da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT)

Desde março 2013 a julho 2015:

- Presidente da EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A.

Desde fevereiro 2013 a julho 2015:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comboios de Portugal, EPE

Desde julho 2010 a julho 2015:

- Administradora da OTLIS – Operadores de Transporte da Região de Lisboa

Entre junho 2010 e fevereiro 2013:

- Administradora da CP - Comboios de Portugal, EPE, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2010, de 17 de junho, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 126

Entre julho 2010 e março 2013:

- Administradora dos Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre fevereiro 2005 e junho 2010:

- Diretora de Direção na CP - Comboios de Portugal, EPE, com responsabilidade pelas áreas de Desenvolvimento Organizacional, Gestão da Mudança, Qualidade e Ambiente

Entre 2004 e 2005:

- Membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa

Entre 2003 e 2004:

- Assessora para as áreas dos Transportes, Economia e Finanças do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional – Professor Doutor António Pedro de Carmona Rodrigues

Até 2004:

- Exercício de vários cargos de direção em institutos e empresas públicas de relevo no contexto nacional
- Docente no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) na pós-graduação Leadership & Management na disciplina de Gestão da Mudança e autora de vários artigos de opinião publicados no Caderno Mensal – Transporte Público, Mobilidade Inteligente, num jornal diário

**Vogal:** Dr. João Velez Carvalho

**Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (1970)
- Pós-graduação na Universidade de Paris XII com o *Certificat d'Aptitude a l'Administration des Entreprises (diplôme d'Etat)*(1972)
- *Master of Business Administration* (MBA) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto (1994)
- Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela Escola de Gestão da Universidade do Porto (2008)
- Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de Aveiro (2008/2013)
- Diploma do Curso de Alta Direção "*Driving Government Performance in Portugal*", Jonh F. Kennedy School of Government da Universidade de Harvard
- Certificado do Instituto Nacional de Administração "*Negotiation And Influence Strategies For Portuguese Executives*"

**Atividade Profissional:**

Desde julho 2012:

- Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A.
- Presidente não Executivo do Conselho de Administração da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

Entre 2012 e 2013

- Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Desde 1975:

- Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico Porto (área científica de Gestão / Estratégia / Professor Adjunto do Quadro).

2009 - 2011:

- Diretor do Mestrado em Logística da Associação de Politécnicos do Norte

2003 - 2006:

- Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Administrador do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

2000 - 2003:

- Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica)
- Direção de projetos de internacionalização

1999 - 2000:

- Consultor para as Áreas do Ambiente (águas e saneamento e resíduos sólidos urbanos e industriais) na EURISCO, S.A. (Grupo AEP)
- Consultor no desenvolvimento de projeto de relocalização Industrial com a Roland Berger & Partners, na Law Gibb, S.A.
- Consultor da RAR - Sociedade de Controlo (Holding), S.A.

1989 - 1998:

- Administrador Delegado da SET - Serviços e Tecnologias, S.A. (GRUPO RAR)
- Administrador Executivo da RAR AMBIENTE, S.A.
- Administrador da NUTRIGER, SGPS, S.A.
- Administrador da CLIMAESPAÇO - Sociedade de Produção e Distribuição de Energia Térmica Urbana, S.A.
- Diretor da RAR - Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Administrador Executivo da GROWELA Cabo Verde, SARL
- Membro da Mesa da Assembleia Geral da RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal da Imperial - Produtos Alimentares, S.A.

1975 - 1989:

- Diretor Administrativo e Financeiro da MOLIN - Materiais de Desenho de Mário Lino, LDA.
- Administrador Executivo da MOLIN SOUTH ÁFRICA, S.A.
- Administrador Executivo da MOLIN U.K., S.A.

## **Vogal: Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira**

### **Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto (2003)
- Programa de Gestão Avançada da Escola de Gestão do Porto – EGP (2010)

### **Atividade Profissional:**

Desde julho 2012:

- Vogal do Conselho de Administração da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Gerente da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda

2009 - 2012:

- Controller na Mota-Engil SGPS,SA

2007 - 2009:

- Administrador da Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika, SA
- Administrador da Mota-Engil Engineering, SA
- Gerente da M-Invest Slovakia Mierova, SRO
- Gerente da M-Invest Sovania Trnavska, SRO
- Gerente da M-Invest Slovakia, SRO
- Membro do Conselho Fiscal da Bergamon, SA
- Representante da Mota-Engil Engenharia e Construção – Sucursal da Eslováquia

2006:

- Controller na Mota-Engil Central Europe, SA

2004 – 2005:

- Adjunto do Diretor Financeiro da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA – Sucursal de Angola

2003 – 2004:

- Técnico da Área Internacional da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA

**Vogal: Dr. António José Lopes**

**Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1982)
- Pós-graduação em Gestão para Executivos pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (1998-1999)

**Atividade Profissional:**

Desde 2012:

- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A.
- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Associação Porto Digital
- Vogal do Conselho de Administração da Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE
- Gerente da Metro do Porto Consultoria – Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda
- Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na Região ATC – Porto Tours

2010 - 2011:

- Diretor Geral da Tablestock, Serviços para Hotelaria e Restauração

1998 – 2010:

- Diretor Central de Compras e Aprovisionamento e Sistemas de Informação da Vista Alegre Atlantis, SA

1997 – 1998:

- Diretor Geral (Empresa Continental Importadora, SA)

1990 – 1997:

- Diretor Administrativo e Financeiro (EC – Material Elétrico, Grupo General Electric passando em janeiro de 2006 a GE Power Controls Portugal)

1986 – 1989:

- Chefe dos Serviços de Controlo de Gestão da Empresa Electro-Cerâmica do Grupo Vista Alegre

1985 – 1986:

- Subdireção financeira da STCP- Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

**Administradora-Delegada:** Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos

#### **Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto (1991-1996)
- Pós graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (Direito interno e comunitário) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1999-2000)
- Pós graduação em Legística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa (2004)
- Curso de especialização sobre o novo regime de contratação pública no INA - Instituto Nacional de Administração, IP (2008)
- Executive master de gestão para juristas na EGE - Escola de Gestão Empresarial, Universidade Católica Portuguesa, Porto (2009-2010)
- II Curso de especialização de contratação pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2010)

#### **Atividade Profissional:**

Desde 2012

- Vogal do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

2011 – 2013:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

2011 – 2012:

- Secretária do Conselho Geral da Associação dos Museus de Transportes e Comunicações
- 2005 – 2013:
- Advogada na CP – Comboios de Portugal, EPE a exercer funções no Gabinete Jurídico, sendo responsável pelo núcleo do Porto
- 2005:
- Jurista na AMTP, EPE - Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto
- 2004 – 2005:
- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado das Obras Públicas do XVI Governo Constitucional
- 2003 – 2004:
- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do XV Governo Constitucional
- 2002 – 2003:
- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado da habitação do XV Governo Constitucional
- 2000 – 2002:
- Jurista no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Gondomar
- 1999 – 2002:
- Jurista no gabinete técnico local de São Pedro da Cova e Fânzeres, criado pela Câmara Municipal de Gondomar, ao abrigo do programa de recuperação de áreas urbanas degradadas (PRAUD)
- 1996 – 1998:
- Estágio no escritório Lopes Cardoso – Sociedade de Advogados, com o Bastonário Augusto Lopes Cardoso

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do “TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.”, (Agrupamento) as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 10.586.503 euros e um total de capital próprio negativo de 1.774.852 euros, incluindo um resultado líquido de 2.835.381 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Agrupamento, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestações de contas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Página 1 de 2

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º53  
Registada na CMVM com o n.º.1975  
Contribuinte n.º.502 138 394*

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

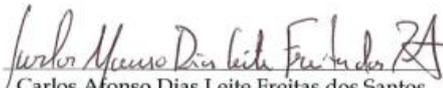
8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

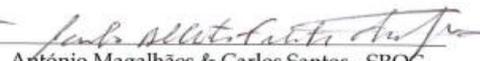
#### ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- O Agrupamento, apesar do resultado positivo alcançado neste exercício, manteve a situação deficitária do capital próprio, atualmente negativo no valor de 1.774.852 euros. O princípio da solidariedade dos Agrupados pelas dívidas do Agrupamento é imposto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73, de 4 de junho.

Porto, 28 de março de 2016

  
Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos  
R.O.C. 1314 - ROC Executor

  
António Magalhães & Carlos Santos - SROC  
representada pelo Sócio-Administrador  
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177

Página 2 de 2

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º53  
Registada na CMVM com o n.º.1975  
Contribuinte n.º.502 138 394*

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores membros do Agrupamento,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do contrato de sociedade do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." (Agrupamento) e o mandato que nos foi conferido, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a atividade desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que lhe foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único acompanhou a atividade e os negócios do TIP, ACE, realizou testes e outros procedimentos, quando entendeu necessários, aos bens e valores do Agrupamento, tendo obtido esclarecimentos do Conselho de Administração e dos Serviços sobre algumas situações.

Os resultados obtidos no exercício justificam-se, para além do aumento registado nas vendas, pela regularização efetuada pelo Agrupamento relativa a valores que estavam registados no seu passivo e que, no decurso do exercício, fundamentadamente, se procedeu ao seu desconhecimento.

Apesar dos resultados positivos obtidos neste exercício, o capital próprio do Agrupamento permanece negativo, o que não está de acordo com o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Fiscal Único, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios, dos Fluxos de Caixa e Anexo, concluindo que o Agrupamento utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.



Página 1 de 2

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53  
Registada na CMVM com o n.º 1975  
Contribuinte n.º 502 138 394*

Procedeu ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 emitido pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria sobre as contas emitido pelo Auditor Externo, os quais mereceram o seu acordo, e emitiu a Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

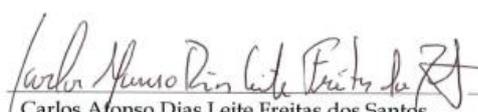
O Fiscal Único expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores do Agrupamento pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

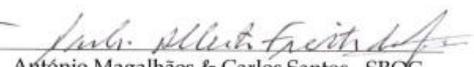
Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2015;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 28 de março de 2016

O Fiscal Único

  
Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos  
R.O.C. 1314 - ROC Executor

  
António Magalhães & Carlos Santos - SROC  
representada pelo Sócio-Administrador  
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177

Página 2 de 2



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da Boavista, 36, 3º  
4050-112 Porto  
Portugal

Tel: +351 226 002 015  
Fax: +351 226 000 004  
www.ey.com

## Certificação das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 10.586.503 Euros e um total de capital próprio negativo de 1.774.852 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.835.381 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Agrupamento, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários  
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 - 6.º - 1600-206 Lisboa  
A member firm of Ernst & Young Global Limited

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### Ênfase

8. Sem afetar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o facto do Capital Próprio se apresentar negativo no montante de 1.774.852 Euros. De acordo com o estabelecido na Lei nº 4/73, de 4 de junho, no n.º 2 da Base II, legislação aplicável aos Agrupamentos Complementares de Empresas, as empresas agrupadas respondem solidariamente pelas dívidas do Agrupamento.

Porto, 28 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:

  
Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)